

ATA N.º 1/2024

ATA DA PRIMEIRA REUNIÃO
DA SESSÃO ORDINÁRIA DA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PENICHE,
REALIZADA NO DIA 02 DE FEVEREIRO DE 2024:

Aos dois dias do mês de fevereiro do ano dois mil e vinte e quatro, no Auditório do Edifício Cultural do Município de Peniche, sito na Rua dos Hermínios, na cidade, freguesia e concelho de Peniche, com a participação dos senhores Joaquim Raul Gregório Farto (PS), Inês Grandela Nunes Lourenço (GCEPP) e Mário Rui Santana Mamede (GCEPP), respetivamente Presidente, Primeiro Secretário e Segundo Secretário da Mesa, Teresa Cecília Batista Lopes (GCEPP), António Manuel Prioste Salvador (PSD), Pedro Henrique Lourenço Barata (PS) e Jorge Alberto Bombas Amador (CDU), respetivamente Presidentes das Juntas de Freguesias de Peniche, de Atouguia da Baleia, de Ferrel e da Serra d'El-Rei, e dos senhores Hugo José Santos Martins (GCEPP), Francisco Manuel Pinto da França Salvador (PSD), Francisco José de Abreu Lourenço (GCEPP), Anabela Correia Dias (PS), Henrique André da Silva Estrelinha (PS), Sara Alexandra Oliveira Nunes (GCEPP), Luís Fernando Mamede de Matos Almeida (PSD), Carlos Francisco Vala Chagas (PS), Ana João dos Santos Lima (PSD), Vítor Rui Franco Agostinho (CDU), Margarida da Silva Martins (PSD), Carlos Miguel Cordeiro do Amaral Domingos (PS), José Monteiro Henriques Rocha (CDU), João Viriato Santos Oliveira (CHEGA), Tiago Brás Correia (GCEPP), Ana Filipa Vala Fialho (PSD), Paulo Alexandre Simões Ernesto (PSD) e Natália Susana Colaço Rocha (PS) reuniu-se, ordinariamente, a Assembleia Municipal de Peniche, para uma sessão ordinária, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1.º - Aprovação das atas das sessões anteriores.
- 2.º - Período de antes da ordem do dia.
 - 1) Prestação de informações e/ou esclarecimentos sobre o expediente recebido;
 - 2) Apresentação de moções, votos de louvor, congratulação, saudação, protesto ou pesar;
 - 3) Apreciação de outros assuntos de interesse para o Município.
- 3.º - Período de intervenção do público.
- 4.º - Período da ordem do dia:
 - 1) Apreciação da informação escrita do Presidente da Câmara, acerca da atividade do Município, bem como da situação financeira do mesmo;
 - 2) Apresentação no âmbito da Transferência de Competências no domínio da Educação;
 - 3) Apresentação de pedidos de esclarecimento à Câmara Municipal por parte dos Presidentes de Junta de Freguesia;
 - 4) Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal para a transferência de competências no domínio da saúde (Decreto-Lei n.º 23/2019);
 - 5) Eleição do Presidente da Junta de Freguesia que irá representar as freguesias do concelho de Peniche no Conselho Municipal da Saúde;
 - 6) Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal para pagamento do suplemento de penosidade e insalubridade - Canil Municipal e Setor de Gestão de Energia (Decreto-Lei n.º 93/2021, de 09 de novembro);

7) Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal para a primeira alteração ao Mapa de Pessoal do Município de Peniche, para o ano de 2024;

8) Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal para a Alteração Modificativa ao Orçamento da Receita, para o ano 2024 (Modificação 2);

9) Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal para a deduções fixas do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), para o ano de 2024;

10) Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal para os mapas de fluxo de caixa dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento, para o ano 2023;

11) Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal para a Alteração Modificativa ao Orçamento da Receita, da Despesa e do Plano Plurianual de Investimento dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento, para o ano de 2024 (1.ª Revisão);

12) Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal para a primeira alteração ao Mapa de Pessoal dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento para o ano de 2024;

13) Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal para prorrogação do protocolo a celebrar entre o Município de Peniche, o Fundo Ambiental e o Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I.P. para cogestão da Reserva Natural das Berlengas, no âmbito do Decreto-Lei n.º 116/2019, de 21 de agosto;

14) Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal do Regulamento Municipal para a Taxa Turística.

5.º - Aprovação da minuta da ata.

A sessão foi aberta, pelo senhor Presidente da Mesa, eram vinte e uma horas e dez minutos, encontrando-se na sala os vinte e cinco membros que compõem a Assembleia Municipal de Peniche.

Os senhores Sara Alexandra Oliveira Nunes (GCEPP), Tiago Brás Correia (GCEPP) e Paulo Alexandre Simões Ernesto (PSD), encontravam-se a substituir os senhores Susana Cristina Rosa Esperança (GCEPP), Jorge Manuel da Costa Batalha (GCEPP) e Nuno Rodrigo Sales Madeira (PSD), respetivamente, que comunicaram a sua ausência, nos termos do n.º 2 do artigo 78.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro.

Os senhores Licínio Pereira (GCEPP), Carlos Manuel Sousa Policarpo (GCEPP), Carla Alexandra Pereira Fernandes Delgado (GCEPP), David Pedrosa Antunes (GCEPP), João Carlos Rodrigues Viola (GCEPP), Rui Vasco Pereira Serpa Malheiros Cativo (GCEPP), Nuno Miguel Nobre Leitão (GCEPP), Joana Mafalda Batista Valério (GCEPP), António José Antunes Vieira (PSD), Carlos Jorge Franco Luís (PSD), Rita Alexandra Santos Marçalo (PSD) e Carolina Pereira Vala (PSD), por serem os membros que se seguiam nas respetivas listas, também comunicaram a sua ausência.

O senhor Carlos Miguel Cordeiro do Amaral Domingos (PS) saiu da sala era uma hora.

Assistiram à sessão o Presidente da Câmara, senhor Henrique Bertino Batista Antunes (GCEPP), em cumprimento do estabelecido no n.º 2 do artigo 48.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, e os Vereadores, senhores Ana Rita Trindade Petinga (GCEPP), Filipe Maia de Matos Ferreira Sales (PSD), Ângelo Miguel Ferreira Marques (PS), Cristina Maria Luís Leitão (PSD) e Maria Clara Escudeiro Santana Abrantes (CDU).

A sessão foi secretariada pelo Diretor Municipal de Desenvolvimento e Governança, do Município de Peniche, Rui Vargas, coadjuvada pela Assistente Técnica da Divisão de Administração e Finanças, Marina Luísa Duarte Nunes Viola.

RENÚNCIA DE MANDATO:

O senhor Presidente da Mesa deu conhecimento à Assembleia Municipal de que a senhora Dina do Rosário Constantino de Carvalho, eleita pela lista do Chega, comunicou, em 27 de dezembro de 2023, a renúncia ao seu mandato de membro da Assembleia Municipal de Peniche, a partir daquela data, inclusive, ao abrigo e nos termos dos n.ºs 1 e 2 do artigo 76.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, e que, nos termos do n.º 4 da referida norma legal.

TOMADA DE POSSE:

O senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal referiu que, na sequência da renúncia apresentada, convocou, através de ofício, registo o n.º 424, de 24 de janeiro de 2024, o senhor João Viriato Santos Oliveira, cidadão imediatamente a seguir na ordem da respetiva lista, nos termos dos artigos 76.º e 79.º da Lei n.º 169/1999, de 18 de setembro, na sua atual redação. Estando presente na sala, e após verificar a sua identidade, o senhor João Viriato Santos Oliveira passou de imediato a tomar parte nos trabalhos da presente sessão.

APROVAÇÃO DE ATAS DE SESSÕES ANTERIORES

Foi presente a ata n.º 6/2023, respeitante à segunda reunião da sessão ordinária do mês de setembro, realizadas nos dias 09 de outubro de 2023, tendo sido dispensada a leitura da mesma por o respetivo texto haver sido previamente distribuído pelos membros da Assembleia Municipal, ao abrigo do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 45 362, publicado em 21 de novembro de 1963.

Posta à discussão, não se registou qualquer intervenção.

Submetida à votação, a ata em apreço, constataram-se os seguintes resultados:

Ata n.º 6/2023 – Aprovada, por unanimidade, com vinte votos a favor.

Apenas participaram na aprovação da ata os membros da Assembleia Municipal que estiveram presentes na reunião, observando o n.º 3 do artigo 34.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 07 de janeiro.

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

PRESTAÇÃO DE INFORMAÇÕES E/OU ESCLARECIMENTOS SOBRE O EXPEDIENTE RECEBIDO:

A Primeira Secretária da Mesa, Inês Lourenço, deu conhecimento de que foi disponibilizado na Meocloud a informação relativa á Fortaleza de Peniche.

APRESENTAÇÃO DE MOÇÕES, VOTOS DE LOUVOR, CONGRATULAÇÃO, SAUDAÇÃO, PROTESTO OU PESAR:

A Assembleia passou à apreciação do ponto em apreço, tendo-se verificado as seguintes intervenções:

Hugo Martins (GCEPP):

Apresentou, verbalmente, os seguintes votos de congratulação:

«O Grupo de Cidadãos Eleitores Por Peniche faz um voto de congratulação à Associação Smartocean, associação esta que é constituída pelo Município de Peniche, Docapesca, Politécnico de Leiria e a Biocant, por ver conseguida a aprovação da sua candidatura ao Plano de Recuperação e Resiliência e também pela assinatura do contrato de construção do edifício Smartocean, edifício este que vai ser construído no Porto de Pesca de Peniche. No fundo, fazemos votos que esta infraestrutura, que representa um investimento de cerca de 5.4 milhões de euros, financiado a 100% pelo quadro comunitário de apoio, contribua para o desenvolvimento da economia local e da economia do país.»

Apresentou, verbalmente, um voto de congratulação à Câmara Municipal, Juntas de Freguesia, Associações do concelho de Peniche e a todas as coletividades pelas celebrações de Natal de 2023 e de Passagem de Ano:

«O Grupo de Cidadãos Eleitores Por Peniche apresenta as suas felicitações a todos os que se envolveram e dinamizaram as diferentes iniciativas no âmbito das comemorações.»

Presidente da Junta de Freguesia de Ferrel, Pedro Barata (PS):

Apresentou, verbalmente, o seguinte voto de louvor:

«Comemoração do centésimo vigésimo segundo aniversário da Associação de Educação Física, Cultural e Recreativa Penichense. O trabalho da atual direção desta Associação é notório pela recuperação de todo o edifício, pelas condições criadas aos ginastas, vestiários e balneários, pela recuperação de antigos sócios e pela angariação de 150 novos sócios. O aumento das atividades desportivas de ginástica e o alargamento ao Karaté, Dança e Tai Chi são outros exemplos. Na perspetiva cultural e das artes existem turmas de pintura, cerâmica, música e teatro e foram formalizados protocolos com entidades ligadas à cultura e às artes. Esta associação recebeu ainda em residência artística, artistas nacionais e internacionais e mantém um programa de receção de estagiários dos Cursos Profissionais de Multimédia, Turismo e Administração da região de Peniche, contribuindo para a sua formação, recebe e acolhe alunos de entidades como o Aconchego, a Casa Pia, entre outros, acolhe ainda na sua sede a Universidade Sénior de Peniche com os seus mais de 300 alunos, disponibilizando salas de aula para as cerca de 30 disciplinas. Disponibilizou ainda a sua sede para outras associações e organizações que não tendo outro lugar para se reunir, fazem deste edifício a sua casa. Pelo aniversário, mas também pela grande dinâmica atual, a Assembleia Municipal reunida no dia 02 de fevereiro de 2024, felicita a entidade e os seus órgãos pelo trabalho desenvolvido. O Grupo Municipal do Partido Socialista.»

Presidente da Junta de Freguesia de Peniche, Teresa Lopes (GCEPP):

Disse o seguinte:

«Quero também saudar os cento e vinte e dois anos da Associação de Educação Física, Cultural, Recreativa Penichense e queria também deixar uma congratulação para os oitenta anos do nosso querido Grupo Desportivo de Peniche. Quero também, em nome da Freguesia de Peniche, deixar um voto de pesar ao senhor Francisco Furtado, foi Autarca da ex freguesia da Ajuda e freguesia de Peniche, pelo falecimento da sua esposa em dezembro e do seu filho em janeiro, portanto, em nome da freguesia deixou um voto de pesar para o senhor Francisco Furtado.»

José Monteiro (CDU):

Disse o seguinte:

«Associamo-nos, obviamente, também às saudações aqui expressas e acrescentaria ainda a décima quarta edição do Meo Rip Curl Pro Portugal que se vai realizar em março, mais um evento a assinalar nesta Etapa Internacional de Surf, onde teremos a oportunidade de ter dos melhores surfistas do mundo.»

Aos votos de pesar, gostaria de associar também um voto de pesar pelo falecimento do senhor Dr. Afonso Martins, sobretudo, enaltecendo a sua disponibilidade, dedicação e profissionalismo em prol da saúde no concelho de Peniche há mais de quarenta anos, portanto, merece também a nossa atenção e, obviamente, que foram muitos anos e também nos deixou recentemente, e o senhor Francisco Furtado que também teve conhecimento, ainda por cima como elemento ligado ao futebol e ao GDP, merecem o nosso agradecimento por tudo aquilo que fizeram por esta terra. Sugiro um minuto de silêncio em memória de ambos.»

Inês Lourenço (GCEPP):

Disse o seguinte:

«Apenas dizer, em nome do Grupo de Cidadãos Eleitores Por Peniche, que também nos associamos aos votos aqui preferidos anteriormente.»

Todos os presentes guardaram, de pé, um minuto de silêncio.

APRECIACÃO DE OUTROS ASSUNTOS DE INTERESSE PARA O MUNICÍPIO:

A Assembleia passou à apreciação do ponto em apreço, tendo-se verificado as seguintes intervenções:

Presidente da Mesa, Joaquim Farto (PS):

Deu conta que foram entregues dois requerimentos, apresentados pelo Grupo Municipal do Partido Social Democrata, que leu:

Requerimento:

«Excelentíssimo senhor Presidente da Assembleia Municipal de Peniche, os Deputados da Bancada do Partido Social Democrata, na competência que lhe é outorgada pela Lei, nomeadamente através do estipulado na alínea d) do n.º 2 do artigo 28.º da Lei n.º 75/2013, a fim de poderem escrutinar devidamente a atividade executiva da Câmara Municipal, vêm requerer a Vossa Excelência as diligências necessárias e eficazes para que a Câmara Municipal, nos espaço legal de dez dias, informe qual o ponto da situação relativamente às empresas que se mostraram interessadas na aquisição de terrenos na zona industrial do Vale do Grou, nomeadamente se mantém o seu interesse, Iguamente se solicita informação sobre quais as empresas sediadas na cidade de Peniche, cuja localização é insalubre ou inconveniente e que deverão ser deslocalizadas para esse parque industrial e qual o plano para executar essa deslocalização.»

Requerimento:

«Excelentíssimo senhor Presidente da Assembleia Municipal de Peniche, os Deputados da Bancada do Partido Social Democrata, na competência que lhe é outorgada pela Lei, nomeadamente através do estipulado na alínea d) do n.º 2 do artigo 28.º da Lei n.º 75/2013, a fim de poderem escrutinar devidamente a atividade executiva da Câmara Municipal, vêm requerer a Vossa Excelência as diligências necessárias e eficazes para que a Câmara Municipal, no espaço local de dez dias, informe sobre a constituição do Conselho Estratégico da Reserva Natural da Berlenga.»

Francisco Salvador (PSD):

Disse o seguinte:

«Finalmente o Executivo conseguiu, ao fim de dois anos e quatro meses, alargar a Rua 13 de Infanteria e fazer o respetivo passeio, pelo que a artéria ficou bem melhor. Parabéns pela rapidez de execução.

Primeira reflexão: parque de campismo. Vou fazer uma breve resenha histórica: fevereiro de 2022, esta Assembleia aprova com os votos do Grupo de Cidadãos, do PS e do Chega a abertura de um concurso feito de acordo com as condições sugeridas por um putativo concessionário, condições essas reveladoras de um total irrealismo que descambaram numa proposta única que tresandava a um esquema de lavagem de dinheiro, pelo menos era essa a nossa opinião. Concessionado o parque, logo de seguida, o Presidente e o Vereador, à época, com o Pelouro do Turismo sustentam um acordo extracontratual que, de uma forma ilegal, permitiu que funcionários municipais prestassem serviço ao concessionário. A receita deste ano permitiu ao concessionário pagar uma boa parte do valor acordado. Em 2023, o concessionário procedeu ao despejo dos utentes mais antigos, não apresentou qualquer projeto de execução de obras, iniciou o desmantelamento de infraestruturas e não iniciou qualquer obra. Desculpa apresentada em nome do concessionário pelo Presidente, o concessionário, devido à guerra na Ucrânia, não conseguiu receber em tempo útil os materiais para iniciar a obra, como se não houvesse cimento, tijolos e outras coisas em Portugal. Começa a haver atrasos no pagamento das prestações a que se segue a falta de pagamento nesse ano de duas prestações. O concessionário retira todas as cabelagens, estruturas metálicas e caixilharias que existiam no parque e vendeu-as a sucateiros. Em 2024, o representante do concessionário afirmou publicamente que não irá avançar com qualquer obra e que irá abandonar a concessão, dito junto de muitas testemunhas em duas reuniões distintas. A manter-se a falta de pagamento e esta vontade de se libertar da concessão, por parte do concessionário, o Município, naturalmente, viu-se a braços com uma situação para a qual certamente não estaria à espera. Enfim, em pouco mais de dois anos, o contrato revela-se como um logro, o parque e os escorregas aquáticos ficaram inoperacionais e irreconhecíveis, o Restaurante Maresia ficou prejudicado e deixa de pagar as suas prestações, tanto à Câmara Municipal como ao concessionário. Conclusão: o Município ficou defraudado de uma receita, o Património ficou depreciado, a atividade turística do concelho deixou de contar com milhares de utentes anuais, o negócio, considerado em tempos pelo Senhor Presidente como o melhor de sempre por parte do município, transformou-se num enorme buraco.

Segunda reflexão: estilo de governação opaco. A condução de governança deste Executivo tem-se vindo a pautar por uma total falta de transparência e de atitude democrática. O Presidente tem assumido posições públicas que envolvem o concelho e ordenado a execução de obras sem consultar ninguém, sem dar conhecimento e sem promover a discussão, tanto junto de Vereadores como desta Assembleia. São exemplos disso a recente tomada de posição, numa reunião do passado dia 18 de janeiro, à participação da OesteCIM no capital da empresa Rodoviária do Oeste, sem consultar ou informar os Vereadores ou à Assembleia e a precipitada colocação de moloks no Campo da República, igualmente, sem qualquer consulta ou pedido de opinião nem o imprescindível parecer vinculativo da Direção Geral do Património Cultural sobre um projeto de execução, mas a coisa já é antiga, basta lembrar, entre muitas dezenas de exemplos, a ordem de demolição do quarteirão da Rua 13 de Infanteria ou a destruição do Monumento ao Homem do Mar, a Rua 13 de Infanteria, igualmente, sem qualquer tipo de parecer por parte da mesma Direção-Geral do Património Cultural. Este estilo de governação opaco não é compaginável com os cinquenta anos do 25 de Abril de 1974, nem com os quarenta e oito anos de Poder Local democrático, nem com o discurso proferido em entrevista à 102 FM, aquando da campanha eleitoral de 2017, em que o senhor Presidente anunciava o então poder instituído de falta de diálogo com a oposição e com outros autarcas.

Quais vão ser as atividades culturais, sociais ou turísticas previstas para acompanhar mais uma etapa do Campeonato Mundial de Surf.

Quais as medidas preconizadas para obviar problemas e evitar acidentes lamentáveis na zona da Costa Norte da Península recentemente interditada e para quando a construção da solução alternativa ao troço da Marginal Norte anexo à zona em risco.»

Ana Lima (PSD):

Perguntou sobre o ponto de situação da Carta de Habitação.

Presidente da Câmara Municipal, Henrique Bertino (GCEPP):

Disse o seguinte:

«O senhor Deputado Francisco Salvador fez uma intervenção referindo o 25 de Abril com um conjunto de inverdades, nomeadamente a falta de pareceres, tanto do Campo da República como da Rua 13 de Infantaria, mas o Campo da República tem um parecer de 2020 e, logicamente, estamos muito seguros daquilo que estamos a executar. O Partido Social Democrata tem uma postura de deturpação, de usar a gestão municipal para destabilizar o conselho que não é de agora, já dura há muito tempo, mas a Câmara Municipal esclarecerá quando entender que o deve fazer, pois existem documentos, o último documento em relação ao parecer do Campo da República, e são dois processos completamente diferentes, tem a ver com Largo da Capela de Santo António que foi discutido na Direção-Geral de Património Cultural e estamos a cumprir.

Em relação à chamada campanha dos moloks do Campo da República, vamos ter muito que falar sobre isso e esclarecer.

Em relação ao parque de campismo, como é que é possível, em termos públicos, colocar-se as questões como foram colocadas aqui e faltar-se novamente à verdade. Neste momento, a única verba que está em falta pelo Grupo Ohai é metade de uma prestação. Continua a dizer que este foi o melhor negócio que a Câmara Municipal de Peniche fez até hoje, procurando estabilizar uma situação que é útil para o município, independentemente de terem votado contra ou não, e acho que é uma falta de respeito pela gestão e por colocar em causa os interesses do município, porque se uma empresa que não estivesse interessado no negócio, como o senhor diz e usa que o responsável dessa empresa colocou publicamente em dois momentos diferentes que ia abandonar o negócio, mas esta semana pagaram quase trezentos mil euros e eu acho que isso é uma responsabilidade muito grande da parte do senhor Deputado Francisco Salvador e tenho a certeza que vamos ter de avaliar as suas declarações. Informou hoje a Câmara Municipal que tinham prevista uma reunião com o Grupo Ohai e foi o grupo que manifestou interesse em vir a uma reunião de Câmara, mas, entretanto, houve alterações no grupo, houve alterações de gestão e houve a manifestação, o ano passado, do grupo com o Gabinete de Projeto que tinham interesse em melhorar o projeto e os objetivos do mesmo, por isso é que atrasou.

Relativamente à OesteCIM e em relação à possível participação de 51% no capital da empresa transportes, é uma competência dos Municípios e foi votado por unanimidade por todos os Presidentes de Câmara, mas, logicamente, foram feitas muitas perguntas, tivemos várias reuniões para discutir o assunto que tem sido muito estudado, tem muitos pareceres e, obviamente, preocupa todos os Presidentes de Câmara, mas é um risco de todas as Câmara Municipal que é consciente, assim como outros riscos que se correm, nomeadamente, na Educação, mas que a pouco e pouco percebe-se que temos melhorado, mesmo que por vezes seja contragosto. Ontem, antes de ter sido votado, questionei se isto não tinha de ser votado pelas Câmaras Municipais e pelas Assembleias Municipais, eu e outros Presidente, e foi dito que a competência é da Assembleia Intermunicipal, portanto, para além dos Presidentes de Câmara que votaram, é competência da Assembleia Intermunicipal e é esta que decide e em função disso foi tomada a decisão.

Recuando à questão anterior, se forem criados problemas à questão do negócio com a Ohai e que sejam prejudicados os interesses do Município, eu acho que deveremos aprofundar esta situação, porque colocar em causa o nome de uma empresa que não tem interesses apenas em Peniche, que tem um equipamento na Nazaré, há anos, está interessada em investir em vários locais do país, mas chega-se a Peniche e os empresários são tratados desta forma.

Em relação à Marginal Norte, há um equívoco, o projeto da Marginal Norte tem estado a ser trabalhado desde finais de 2017. Fizemos aquilo que foi possível que foi fracionar o percurso da possível nova Marginal Norte, em função de um relatório que foi feito em 2015 e, mais tarde, discutindo com as entidades, nomeadamente, a Agência Portuguesa do Ambiente, a CCDR. Acho que foi a obra que, pelo menos em dois momentos, levou mais técnicos do Município e dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento a vários locais para se avaliar. O estudo prévio está concretizado há muito tempo, entretanto, as entidades vieram, há cerca de um ano, a vários locais, mas não há consenso sobre uma parte do percurso, particularmente entre a Escola Superior de Turismo e Tecnologia do Mar e o entroncamento do Cabo Carvoeiro, pelo que tivemos de segmentar o projeto para podermos candidatar uma primeira parte, que é a parte mais extensa, praticamente desde a Rua 1.º de Maio até à Escola. Depois do estudo prévio estar trabalhado e preparado uma das entidades colocou a questão do encaminhamento das águas pluviais da atual estrada, e ficámos todos surpreendidos, porque todos os pluviais e todas as condutas de água, de saneamento, de eletricidade e de comunicações estavam previstas no estudo prévio, pelo que voltámos novamente ao terreno, assumimos responsabilidades de encaminhar as águas pluviais da atual estrada de uma forma diferente, ou seja, concertámos e, na parte final, foi-nos pedido mais um estudo geológico que está a decorrer. Em relação à Marginal Norte e a este primeiro segmento nós temos uma estratégia espera sinceramente que em breve seja aberto o aviso para candidatarmos a execução do primeiro segmento, da Rua 1.º de Maio até ao arruamento que fica a Sul do Santuário. Para além disso, noutra plano, já há algum tempo que está a ser elaborado um projeto nos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento para procurar criar um novo sistema de condutas, de saneamento, de águas pluviais e, provavelmente, uma nova conduta de abastecimento de águas, mas não sei se sabem, mas na zona dos Remédios, onde estão mais de mil e quinhentas pessoas, não sabem para onde vai o saneamento e nós, em devida altura, tornámos isso em objetivo e vamos procurar também candidatar. Em relação à interdição da Marginal Norte, a Autoridade Marítima fez aquilo que lhe compete, interditou, e provavelmente até deviam estar outras áreas na Marginal Norte interdidadas, porque aquilo é uma constante, porque a falésia junto ao Frei Rodrigo não começou a cair com o Grupo de Cidadãos Eleitores Por Peniche, começou a cair há muitos anos. Há dois pontos muito sensíveis, a zona junto ao Frei Rodrigo e a zona do Santuário dos Remédios e a estrada não passará à frente do edificado, passará atrás e será ligado a Sul do Santuário.

O procedimento da Carta de Habitação está a ser desenvolvido, mas irá solicitar aos serviços que façam chegar à senhora Deputada Ana Lima a informação com o ponto de situação.»

Vereadora Ana Rita Petinga (GCEPP):

Disse o seguinte:

«Neste momento, em termos de atividades culturais em conjunto com a Divisão de Educação, estamos a preparar deslocações até à praia, por parte das nossas escolas, nomeadamente as escolas que são Eco Escolas, terão a oportunidade de ir até ao Campeonato do Mundo de Surf e desenvolver algumas ações de sensibilização ambiental, nomeadamente, jogos, limpezas de praia e, também, assistir à prova. Os meninos que estão nas escolas que não são Eco Escolas não iam sequer ao Campeonato, então vamos tentar levar o Campeonato à escola, estarão alguns atletas do

Península de Peniche Surf Clube e também alguns atletas de renome que, quando a prova estiver off, tentarão ir às escolas que não são Eco Escola.

Em termos de atividades, vamos ter algumas demonstrações desportivas, no período da manhã, e, no período da tarde, vamos ter algumas atividades culturais que serão dinamizadas na praia.

Dentro da cidade, estamos a contar ter uma “Fun Zone”, onde será possível assistir à transmissão do campeonato, mas também das atividades que vão decorrendo e demonstrações que vão acontecendo na praia, sejam elas desportivas ou culturais, ou seja, vão tentar ter um ecrã que lhes permita esta dinâmica, assim como contam ter uma zona para os jovens e crianças, nomeadamente com a prática de skate que, de alguma forma, está ligada ao surf, vão tentar ter junto à Praça Jacob Rodrigues Pereira e no jardim uma dinâmica que envolva o campeonato para dentro da cidade.»

Francisco Salvador (PSD):

Disse o seguinte:

«Embora o senhor Presidente da Câmara tenha ficado escandalizado, o que eu disse foi que, em 2023, ficaram duas prestações por pagar e isso é pura verdade, tanto que é verdade que foi paga uma delas agora, estamos em 2024, portanto, eu não disse inverdade nenhuma. Quanto à questão do concessionário ou o representante do concessionário ter dito que iria abandonar a obra e que não estava interessado é uma questão que lhe diz a ele respeito e não a mim, apenas sou veiculador daquilo que ele disse. Ele esteve presente em duas reuniões em que isto foi dito.

*Quanto à questão que eu levantei sobre a Marginal, eu não falei na Marginal, eu vou ler outra vez: “**Quais as medidas preconizadas para obviar problemas e evitar acidentes lamentáveis na zona da Costa norte da Península**, recentemente interdita. Para quando a construção da solução alternativa ao troço da Marginal Norte, anexo à zona em risco”, fui muito claro.»*

Paulo Ernesto (PSD):

Disse o seguinte:

«Já aqui foi falado na Carta de Habitação, pois este tema eu creio que também deve merecer aqui atenção, mais concretamente acerca do desenvolvimento do Programa Primeiro Direito. Sabemos que no passado, de facto, foi elaborada e aprovada uma Estratégia Local de Habitação, que é o instrumento que permite realmente aceder ao Primeiro Direito, foram lavrados contratos, naturalmente, para a execução e determinados quais os timings de execução de obra, bem como, relativamente à transferência das diversas tranches do financiamento de acordo com o desenvolvimento das próprias obras, consoante as tipologias, se fosse construção de novos edifícios, se fosse a aquisição de terrenos para edificação, recuperação de imobilizado que assim necessitasse e aqui chegados à presente data, gostaria de perguntar ao senhor Presidente em que ponto se encontra o desenvolvimento do Primeiro Direito, isto porque há de facto um assumir de um compromisso, inclusive estava inscrito nas GOP que foram aprovadas recentemente, estava lá bem claro que, de facto, havia aqui um admitir da responsabilidade pelo atraso verificado na execução dos projetos contratualizados, portanto, está dito que o atraso se devia à incapacidade de desenvolver em tempo útil procedimentos administrativos de que precisamos, o que tem sido entretanto ultrapassado. Passou algum tempo e eu gostaria de perguntar muito claramente em que ponto se encontra, quais os atrasos que entretanto têm sido encontrados, as dificuldades e se, também é importantes, esses mesmos atrasos têm sido comunicados em devido tempo ao IHRU, sob pena de mais tarde, ponto número um, virmos eventualmente a ser penalizados e, ponto número dois, não conseguirmos executar um problema que é de uma importância fundamental para o nosso concelho, uma vez que nós sabemos bem da necessidade que nós temos de construção de

habitação social, aliás, estamos a falar de um envolvimento total no montante de mais de trinta milhões de euros, como sabemos.

A segunda questão tem que ver com a eventual transferência do imobilizado do IHRU para a esfera do Município de Peniche. Pergunto se esta situação está a ser equacionada, será que o IHRU não contempla vir a transferir o imobilizado que tem em Peniche, porque se porventura estivermos diante esta possibilidade, o município deve ser alertado que o IHRU atualmente, face às emergências sociais um pouco de todo o país e quando têm necessidade de encontrar soluções de habitação, não olha ao território onde vai alocar as pessoas e se, de facto, não é intenção do IHRU transferir o imobilizado que tem em sua posse em Peniche para o município, devemos todos tomar a consciência de que, mais cedo ou mais tarde, podemos vir a ser nós os decisores para resolução de problemas de população oriunda das mais diferentes partes do nosso país.

As questões que têm sido ultimamente apresentadas em sede de reunião de Câmara, relativamente às intermitências e dificuldades na decisão, alguns pedidos de habitação que são pedidos, uns que já foram decididos ser atribuídos, mas depois verificou-se que passados dois anos ainda não tinha sido atribuído o imóvel, outra situação como a que ocorreu hoje que, de facto, se concluiu que não havia ali condições para se poderem pronunciar em concreto acerca da decisão ou recusa ou aprovação de um pedido de habitação e por tudo isto parece que estamos todos a ser convidados para uma situação em que há uma indefinição sobre estas matérias e isso não pode acontecer. Eu gostaria de questionar ao senhor Presidente se se sente confortável com o Regulamento que atualmente está em vigor para poder decidir acerca destas questões, porque uma decisão desta natureza deve ser merecedora de uma avaliação com critérios fidedignos, válidos, com uma análise de variadas grandezas, composição dos agregados familiares, capacitação financeira dos agregados familiares e, fundamentalmente, a necessidade de se proceder a uma monitorização constante acerca das condições que levou a decidir que a pessoa tem as condições para poder realmente ter acesso à habitação social, sob pena de estarmos a ser instigadores de situações de uma elevado injustiça, ou seja, acederem a uma pessoas e mais tarde chegar-se à conclusão que afinal reuniam critérios financeiros de uma situação mais favorável que outras pessoas verdadeiramente necessitadas. Gostava de salientar uma vez mais que o Regulamento da Atribuição de Habitação Social tem uma necessidade extrema de ser revisto e ser aprimorado de forma a torná-lo mais claro, transparente e equitativo.»

Hugo Martins (GCEPP):

Disse o seguinte:

«Quero dizer que esta intervenção é da minha inteira responsabilidade e não quero associar a Bancada do meu Grupo à mesma.

A intervenção do senhor Deputado Francisco Salvador, na minha opinião, foi a pior intervenção de sempre que um autarca fez nesta casa. É lamentável o que o senhor fez. Não sei se temos um bom ou mau autarca, mas Portugal perdeu um excelente jurista, porque o senhor mistura sempre umas regras e umas leis no discurso. Senhor Deputado, sabe quem faz cumprir a lei em Portugal, são as autoridades competentes, o senhor não é a autoridade, o senhor fez declarações extremamente graves, que podem lesar o interesse municipal, o senhor colocou os interesses do seu partido à frente do interesse de mais de vinte e seis mil habitantes, o senhor não tem a noção do que fez e isto ajuda a explicar o facto de uma pessoa de Peniche ter-me dito “enquanto aquelas pessoas estiverem à frente do Partido Social Democrata, o Partido Social Democrata nunca vai ganhar eleições”, porque o senhor Deputado já foi candidato a Presidente de Câmara e perdeu as eleições, foi candidato a Vice-Presidente de Câmara e perdeu as eleições, foi candidato a Presidente de Junta de Freguesia de Peniche e perdeu as eleições, foi candidato a Presidente da Assembleia Municipal de Peniche e perdeu as eleições, porque é que o senhor está

agarrado à política, porquê, o mesmo acontece com os senhores Vereadores do Partido Social Democrata. Por exemplo a senhora Vereadora Cristina Leitão já foi candidata três ou quatro vezes a Vice-Presidente de Câmara e nunca foi eleita. Aquilo que o senhor disse aqui foi muito grave, os senhores estão agarrados à política, porque a comissão política do Partido Social Democrata é composta pelo filho que o Presidente da Comissão, o pai é o número dois da mesa. O Partido Social Democrata fala muitas vezes que a autarquia tem muitos trabalhadores e penso que agora é o momento de dizerem quantos trabalhadores a Câmara Municipal tem a mais, quantos querem dispensar da Câmara Municipal de Peniche.»

Francisco Salvador (PSD):

Disse o seguinte:

«Senhor Deputado, o senhor bem podia falar sobre as questões do Partido Social Democrata, porque o senhor é militante do Partido Social Democrata e concorreu por uma lista diferente, porque o senhor é que está agarrado à vontade de governar, agora, se quiser participar numa Assembleia talvez seja muito bem recebido, mas não seria aqui o local para questionar sobre as questões internas do Partido Social Democrata, mas se não concorda com a minha opinião tem todo o direito, eu fiz a intervenção que fiz da minha vontade, da minha opinião e do meu direito democrático e coloquei em causa aquilo que há três anos coloquei em causa quando foi discutido o assunto do Parque de Campismo, eu na altura falei de tudo o que falei agora, de que este negócio não podia ser um bom negócio, porque era injustificado alguém de bom senso pagar setecentos e cinquenta mil euros por um espaço que rendia habitualmente, todos os anos, trezentos mil euros e, portanto, alguma coisa justificaria uma tão generosa oferta. Os motivos do concessionário eu não os coloco em causa, não sei é se terá capacidade para o fazer, tanto é que não apresentou ainda proposta de execução de nenhum projeto de obras, agora, é impossível deixar de referir a minha preocupação relativamente aos interesses do município, que ficam lesados se este negócio for o dito buraco que eu acho que vai ser, isso não tenha dúvida nenhuma que é muito maior do que os interesses que eu possa eventualmente ter lesado ao dizer a minha opinião.»

Presidente da Mesa, Joaquim Farto (PS):

Disse que, na sua opinião, seria possível manter o diálogo com alguma elegância, sem haver necessidade de terem de se ofender uns aos outros. Referiu que, apesar de tudo, tem sido permitido o diálogo e o mesmo feito com alguma elegância e era importantíssimo que não se esquecessem que estão em Assembleia Municipal.

Presidente da Câmara Municipal, Henrique Bertino (GCEPP):

Disse o seguinte:

«Já referi mais do que uma vez que havia dificuldades e essas dificuldades, por vezes, são referidas e são registadas com alguns propósitos, não tanto com propósitos políticos, mas como um contributo para que as pessoas, mesmo dentro da Câmara e algumas delas com responsabilidade, percebam que as coisas têm de melhorar.

Em relação à Estratégia Local de Habitação, as GOP foram assumidas não há muito tempo, foi no final de novembro, e em janeiro fizemos algumas reuniões, a situação no essencial está esclarecida, contudo, há interpretações de contratação diferentes e isso tem a ver também com alguns acontecimentos que provavelmente alguns não se aperceberam, nomeadamente um processo do Tribunal de Contas, em que os únicos a ter coima foram o atual Presidente de Câmara e o anterior e isso logicamente alerta, faz ter mais cuidado e provavelmente faz alguns processos serem repensados, porque podem ser tomadas decisões que daqui a uns anos, mesmo já não estando a ocupar este lugar, podemos ter de pagar, por isso temos de ter algum cuidado sobre aquilo que

assinamos. Felizmente e nesse aspeto o Município tem técnicos que o tem estado a analisar para procurar fazer os procedimentos com segurança e isso atrasou um processo, nomeadamente um processo de loteamento. Para além disso, em relação à Estratégia Local de Habitação está a ser preparada uma informação para ir a reunião de Câmara para os senhores Vereadores decidirem o que pretendem em relação a uma proposta que eu defendo e que não sei se todos defenderão.

A questão das transferências de competências do IHRU é que não têm querido transferir. Sendo verdade aquilo que referiu, em relação a situações relacionadas com a transferência de pessoas de outros concelhos que vieram viver para Peniche, por vezes há razões para isso. Relativamente às casas que estão devolutas, tivemos o cuidado de antecipar e fazer o levantamento, prepararam o processo de estudo prévio para que quando fizessem a transferência de competências pudessem apresentar a candidatura, porque a Estratégia Local de Habitação não é constituída por uma candidatura nem por um objetivo, ela é constituída por vários objetivos e várias candidaturas, pelo que estamos a aguardar. Logicamente, também é verdade que esta questão das eleições antecipadas da Administração Central nos levanta alguma dificuldade, pois tínhamos estado a trabalhar em sequência, nomeadamente com a senhora Secretária de Estado, atualmente Ministra da Habitação, e ficou um pouco prejudicado, pois não está a levar o ritmo que gostaria, mas os processos estão a andar.

Em relação ao Regulamento, o senhor Deputado Paulo Ernesto falou em várias questões que foram abordadas hoje na reunião de Câmara Municipal, contudo, não digo que o Regulamento não serve, diz que deveremos perder algum tempo, tanto os técnicos da área social como, posteriormente, o Executivo Municipal, a avaliar os Regulamentos e a forma como desenvolver os procedimentos, mas a habitação e a atribuição de habitação nunca foi fácil, nem deixará de ser fácil nos próximos anos, mas é a minha opinião. Eu hoje coloquei a questão sobre o que podíamos fazer nalguns casos em concreto de pessoas que vivem muito tempo em habitações sociais, que não têm trabalho ou que têm hábitos de trabalho que não dão a segurança necessária fazendo com que atrasem o pagamento das rendas, muitas das vezes ultrapassa o limite do razoável. O drama é que nós não resolvemos os problemas que as sociedades têm durante décadas de trabalho, de rendimento, de hábitos e de cultura, porque a pior consequência de falta de rendimentos e falta de um conjunto de hábitos na sociedade é a questão da habitação, por um conjunto e questões, nomeadamente, valores de mercado de arrendamento, preços da aquisição de habitação e também por haver um conjunto de habitações que neste momento estão a ser utilizadas para Alojamento Local que acaba por alterar substancialmente o mercado de arrendamento.»

Luís Almeida (PSD):

Disse o seguinte:

«Começo por dar a minha opinião de agrado ao que se fez na Rua 13 de Infância. Percebo que é uma situação provisória, é bom que se comece a trabalhar numa situação definitiva, mas pelo menos está agradável e a estrada está mais larga.

Relativamente a recursos humanos só quero referir que a Autarquia tem a obrigação de gerir de forma o mais racional possível. Os recursos humanos devem ter um custo proporcional determinado que é dito, teoricamente, em muitos fóruns, portanto, tem de diminuir até chegar a essa proporcionalidade, é muito simples e é a nossa opinião.

Houve uma sessão pública em que se debateu o Museu da Resistência, uma sessão bastante interessante que acabou por incidir muito no Museu Municipal. surgiu uma ideia. Surgiu a ideia de que a comunidade de Peniche poderia e deveria reivindicar apoio ao Ministério da Cultura para a concretização desse mesmo Museu Municipal, aliás, a conversar sobre estes assuntos na resolução de Conselho de Ministros em que se retirou a Fortaleza do Programa Revive, em que a Fortaleza teria uma utilização privada, é referido que o Governo deveria arranjar forma

de apoiar a constituição do novo Museu, portanto, gostaria de colocar a questão na Assembleia Municipal de nos organizarmos para reivindicar e pedirmos um apoio concreto, quer na elaboração do projeto, quer posteriormente na resolução e na concretização do Museu por esta via, ou seja, sabermos o que queremos e sermos bastante reivindicativos no que entendemos que são os nossos direitos. Nesse sentido, proporia, se esta Assembleia assim o entender, que se constituísse uma Comissão de Acompanhamento deste projeto para que houvesse passos concretos no avanço deste assunto.

Em relação aos Estaleiros Navais de Peniche, não sei se esta Assembleia tem conhecimento, certamente tem, porque é uma coisa pública, que uma das empresas sediadas nos Estaleiros Navais está próxima da insolvência e estão a ser leiloados alguns bens dessa empresa, entre eles um pavilhão. Sabemos, e isso faz parte do requerimento que o Partido Social Democrata apresentou, que algumas empresas necessitam de deslocalização e, portanto, todo este assunto deveria, no nosso entender, ser acompanhado, até porque há aqui uma questão que tem que ver com a concessão do espaço dos Estaleiros Navais que devia voltar à discussão, porque há praticamente um monopólio que impede intervenções nas embarcações dentro do Porto, levando a que as pequenas embarcações de recreio não tenham grandes condições de manutenção, porque o estaleiro está focado em grandes embarcações. Esta questão está expressa no regulamento da concessão que acaba por funcionar quase como um monopólio, o que provavelmente até será inconstitucional, ou seja, a seu tempo, como os Estaleiros Navais eram uma cooperativa e estavam lá vários empresários e várias empresas era razoável que houvesse proteção às empresas de Peniche, não é razoável que haja uma empresa sediada no Porto de Pesca. Queria alertar a Assembleia Municipal para a necessidade de termos uma posição firme no sentido de as regras da concessão serem revistas, porque isso seria interessante para a comunidade. Não sei se, em relação a este leilão, a Câmara Municipal devia ter alguma posição, porque se os Estaleiros Navais também eles estiverem em dificuldade, podemos ficar com um elefante branco não utilizado, quando é tão necessário.

Em relação ao requerimento apresentado sobre o Parque Industrial de Vale do Grou, na última reunião foi referido que havia um projeto que estaria interessado em adquirir terrenos, que se o assunto não se resolvesse o senhor Presidente estava disponível para dar o contacto para que o empresário trabalhasse diretamente com os proprietários do terreno, pessoalmente, concordo muito com essa solução e depois a Câmara Municipal estudaria a forma de apoiar a concretização e implantação da empresa no espaço, com as infraestruturas necessárias e se o promotor comprasse seria um bom passo para que este assunto começasse finalmente a avançar, dada a necessidade de deslocalização de algumas empresas.»

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

O senhor Presidente da Mesa deu a palavra aos cidadãos presentes que manifestaram intenção de intervir, apresentando-se de seguida, de forma sumária, nos termos do n.º 6 do artigo 49.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, os esclarecimentos que foram solicitados e as respostas dadas:

SUSANA FERREIRA - PORTA-VOZ DA COMISSÃO DE UTENTES DA SAÚDE DO CONCELHO DE PENICHE:

Disse o seguinte:

«Queremos agradecer a oportunidade que o senhor Presidente da Assembleia Municipal deu à Comissão de voltar a esta Assembleia Municipal.

Acredito claramente que alguns dos membros, pela função que exercem ou simplesmente pelo interesse sobre a temática, vão estando atentos e acompanhando esta problemática que cada vez mais e de forma bastante gravosa está a afetar o concelho de Peniche, e como porta-voz desta Comissão de Utentes entristece-me o facto de perceber que ao final de dois anos também fazemos parte da realidade nacional e como fazemos parte de uma problemática que é de âmbito nacional, sentimos que começamos a sofrer um pouco daquilo a que se chama a resiliência, que é, isto está mal, não é um problema só nosso, é um problema transversal e é difícil, portanto, vamos, naturalmente, de forma confortável vivendo e convivendo com esta realidade.

A nossa comissão é pequenina, mas levou este concelho a plenário da Assembleia da República, pela primeira, sobre Cuidados de Saúde Primários, Peniche está de parabéns, porque foi o primeiro concelho que colocou esta problemática na Assembleia da República e foi com muito orgulho, acima de tudo, juntamente com uma preocupação, que estivemos lá e de lá saíram duas resoluções, uma do Partido Livre e outra do Partido Socialista. Foram definidas duas estratégias baseadas em recomendações com uma atenção especial sobre o concelho de Peniche, era importante e urgente intervir, mobilizar todas as condições necessárias para alterar aquilo que está a ser a realidade no âmbito dos Cuidados de Saúde Primários no concelho e também, obviamente, do nosso hospital. Não estamos sozinhos, fazemos parte de uma realidade do Oeste, falamos aqui de uma nova realidade que todos esperamos, o novo Hospital do Oeste, mas nós não estamos aqui por isso, estamos pela comunidade do concelho de Peniche e com a mesma preocupação, porque, no âmbito destas duas resoluções que tiveram recomendações muito claras, tivemos a oportunidade de ter a visita do Partido Livre e o que é certo é que, de repente, nós olhamos e tentamos perceber o que aconteceu desde então, e isto questiona-nos efetivamente a força do poder político, seja de âmbito nacional, regional ou local que tem responsabilidades sobre as comunidades onde intervém diretamente, é um tema que afeta todos nós e pergunto, a qualquer pessoa que está presente, qual foi a última vez que esteve sujeita a uma urgência no Serviço Nacional de Saúde, que passou pela experiência que muitas pessoas passam, seja no âmbito dos Cuidados de Saúde Primários, seja (com a carência que temos do ponto de vista do corpo clínico médico e enfermeiros) do ponto de vista do nosso Serviço Hospitalar que continua a ter carências do ponto de vista das valências que tem, como tem um Serviço de Urgência que agora funciona de vez em quando, porque às vezes não há capacidade de resposta e à que alocar os poucos recursos humanos que existem e o Serviço de Urgência de Peniche encerrou a partir de uma determinada hora no nosso hospital. É emocionalmente pesado aquilo que, enquanto comissão, trazemos, porque aquilo que nós percebemos é que remamos contra a maré, mas nós não vamos parar de atuar. Atualmente, temos cerca de vinte e sete mil setecentos e setenta e oito utentes inscritos no concelho, atualmente representa cerca de 49% da população sem médico de família e há dois anos estávamos nos 40%. Cada vez mais, e temos aqui representantes das Juntas de Freguesia de Atouguia da Baleia, Serra d'El-Rei e Ferrel que vivem a realidade da sua freguesia e dos respetivos utentes a querer ter acesso aos Cuidados de Saúde Primário e não há médicos, e a resposta é, quando existe, há que esperar pelo final do mês para se conseguir marcar uma consulta médica. Aquilo que eu partilho aqui não é novidade, principalmente para quem tem acompanhado o trabalho da comissão, é o tema que continua e é repetitivo, porque não está resolvido e está longe de ser resolvido, mas está dentro do panorama nacional, então nós aprendemos a conviver com isso, mas nesta sala todos temos responsabilidades, a um determinado nível, e uma delas é cuidar do nosso concelho. Percebo que existam sobre determinadas matérias, coisas e tomadas de decisões que sejam difíceis, mas acho que na Saúde toda a gente deveria estar numa postura unanime, porque esta questão toca de forma igual a todos, direta ou indiretamente, portanto, se é um tema que deveria mobilizar todo o poder local, todas as instituições que trabalham diretamente sobre esta problemática e toda a nossa comunidade e muitas vezes nós na rua, quando fizemos esse trabalho, ouvíamos dizer, mas para

quê, não vai mudar nada, é assim em todo o sítio. Temos plena consciência que as decisões não são fáceis e não está tudo ao alcance do poder político local, nós não fazemos parte do poder político, nós somos uma Comissão de Utentes, somos porta voz de uma comunidade, temos muitas cores, mas temos uma única cor, é a preocupação efetivamente no concelho de Peniche e que brilhe e que possa claramente, pelo menos, marcar uma posição junto de quem tem o poder de decisão, não há cor na Saúde, há várias, estamos a falar de um direito que está na lei de bases da Saúde, é um direito que neste momento nos está a ser cada vez mais condicionado, estamos a ver um Serviço Nacional de Saúde que está despido e agora voltamos ao concelho de Peniche. Leis recentes que saíram, em dezembro, que vêm falar do modelo B, de um conceito de Unidade de Saúde Familiar, mas tem índices de desenvolvimento que nós temos de estar à altura de cumprir com eles ou não, nós temos duas diferentes unidades no concelho de Peniche, no que diz respeito a Saúde e Cuidados Primários de Saúde e nenhuma delas está a cumprir com isso. Estamos a deixar de ser um concelho minimamente atrativo, do ponto de vista do corpo médico e enfermagem para trabalhar e desenvolver, portanto, a frente vai-se complicando cada vez mais. Temos atualmente oito médicos, mais dois médicos de reforço, falamos de um universo de doze enfermeiros e eu vou fazer uma conta fácil, em vinte e sete mil setecentos e setenta e oito utentes inscritos, não está mal, está péssimo, porque somos pessoas. Sei que hoje é suposto haver votação relativamente à questão da transferência de competências sobre esta matéria e se essa votação for favorável permite à autarquia, claramente, pensamos nós, colocar em prática o plano de estratégia que esteja pensado para a Saúde e poderá ser uma oportunidade, porque dentro daquilo que poderá ser o poder atribuído com esta realidade, poderá ser uma forma de a autarquia ter uma solução que alguém mais lá em cima teve e não fez, não agiu, não contribuiu e, portanto, acho que neste momento estamos numa fase estrategicamente importante com aquilo que acompanhamos, porque não somos peritos. Acho que sim, poderá ser um processo complicado, porque não é do nosso domínio, vamos estar a assumir responsabilidade que deveriam ser responsabilidades de outros, mas também pode ser uma oportunidade, uma vez mais, de podermos, de alguma forma, marcarmos a diferença como concelho que encontrou uma solução para um problema, quando alguém deveria ter feito esse trabalho a outro nível e não o fez, o concelho resolveu, teve uma autarquia que se mobilizou e dentro das suas competências criou e tornou interessante vir para Peniche e reforçar o corpo clínico e de enfermagem, quer do ponto de vista das nossas unidades que prestam os Cuidados de Saúde Primários, quer do ponto de vista hospitalar. Se efetivamente essa for uma realidade favorável, obviamente que há um concelho que vai ser constituído e nós gostaríamos muito, enquanto comissão, de fazer parte dele, somente porque desde há dois anos que somos aqueles que fomos para a rua, mobilizámos e tentámos de alguma forma alertar e trabalhar e continuamos a trabalhar nesse sentido.»

Presidente da Mesa, Joaquim Farto (PS):

Agradeceu a intervenção da senhora Susana Ferreira e toda a informação que prestou. Agradeceu, também, em nome pessoal e em nome da Assembleia Municipal a ação cívica da comissão neste assunto que é determinante e muito importante para a nossa população.

Presidente da Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei, Jorge Amador (CDU):

Disse o seguinte:

«Primeiro, agradecer à senhora Susana Ferreira por ter vindo à Assembleia Municipal fazer o ponto de situação. Dizer que, relativamente às resoluções que falou, são resoluções políticas, é o mecanismo que existe no Parlamento que serve para marcar posição política, porque quem tem o poder de decidir sobre a área da Saúde é quem tem o Ministério, quem tem a Secretaria de Estado,

o Parlamento não é um órgão executivo, é um órgão deliberativo, portanto, a única coisa que pode fazer é chegar aquela solução ao Ministério, como nós fazemos tantas vezes e eles agarram naquilo e metem na sexta repartição com todas as consequências que daí advém, mas eu queria chamar à atenção do senhor Presidente da Assembleia Municipal que tem um pedido de marcação de reunião feito numa Assembleia Municipal extraordinária, desde dezembro de 2022, e também está de férias, portanto, aquilo que eu lhe peço é que se marque essa reunião para discutir os verdadeiros problemas da Saúde no concelho de Peniche, porque esta coisa que está a acontecer é diabólica, que é: o hospital progressivamente foi desmantelado, o hospital progressivamente não funciona com a regularidade que todos queremos, vinte e quatro horas por dia, as extensões de saúde funcionam pior que qualquer organismo concentrado do Estado, porque não tem médicos, tem os enfermeiros, e ainda bem, que é quem apoia, pelo menos, as pessoas mais idosas, tem o pessoal auxiliar e administrativo que garante o funcionamento das extensões, mas aquilo é uma vergonha. Nós temos médica na Serra d'El-Rei uma vez por semana e não é para todos, as questões da mobilidade são prioritárias, se não tiver problemas de mobilidade não marca. Nós temos tanta gente a viver à custa da saúde, em organismos concentrados, desconcentrados, intermédios, temos mais gente nesses organismos que temos de profissionais de saúde, este é que é o problema do país. Neste momento, o Estado quer livrar-se do Serviço Nacional de Saúde para entregar isto cada vez mais aos privados, porque se alguém tiver de ser internado num hospital qualquer privado, ninguém tem cinco mil euros para lá entrar e as pessoas não percebem isto, mas é preciso explicar às pessoas, por um lado as dificuldades, por outro existem medidas.

Já que estamos em época de caça ao voto, eu acho que os órgãos autárquicos deste concelho devem dirigir uma carta a todos os candidatos a pedir-lhes, tal como fez aqui o grupo do Partido Social Democrata relativamente aos assuntos, dez dias para responder o que é que vão fazer se forem eleitos deputados, não venham para cá dizer que o problema da Saúde é de outras pessoas, porque quem teve a Secretaria de Estado da Saúde neste país, durante muito tempo, era do Distrito de Leiria, portanto, vamos lá falar a verdade, porque se a Saúde está mal, o problema não é só do Governo que está a sair, o problema tem anos, porque houve desinvestimento no setor, há menos médicos, há menos enfermeiros, deixaram estas pessoas ir embora, não pagaram bem, não deram incentivos, estes são os problemas fundamentais e, por isso, não temos profissionais de Saúde, agora é preciso recuperar, mas quais são os compromissos que estas pessoas, que são candidatos a Deputados, assumem para nós sabermos e explicar à população o que eles dizem, porque isso deve ficar registado, porque a história faz-se de registos.»

João Oliveira (CHEGA):

Disse o seguinte:

«Ao longo da minha vida, nas minhas áreas de competência, sobretudo num trabalho que desenvolvi além-fronteiras, fomos confrontados precisamente com uma situação, há cerca de vinte anos, que se assemelhava muito àquilo que nós estamos a presenciar em Portugal. As soluções que encontramos, estou a referir-me aos territórios norte de Itália e Suíça, foram soluções que nasceram precisamente de uma colaboração efetiva e real em torno do benefício dos utentes, entre as entidades públicas, o serviço Nacional Público e as entidades privadas. O que nós conseguimos foi criar modelos de atendimento que se fazia, à partida, de forma muito natural, uma espécie de triagem das necessidades, um levantamento de necessidade no atendimento real de cada utente e, portanto, criaram-se, por exemplo, unidades de atendimento ao longo da noite que são asseguradas pela Cruz Vermelha e estas unidades funcionam, inclusivamente, em contentores, são pequenos pontos de último recurso para quem precisa de um atendimento imediato de caráter urgente, o que não significa que se recorra àqueles pontos para se fazer um atendimento comum de uma visita médica, a chamada consulta em Portugal, que essa continua a ser, obviamente, desenvolvida durante o

período do dia nos Centros de Atendimento, que são os nossos Centros de Saúde. Em simultâneo, foram criados planos de saúde, que eu já tive a oportunidade em Portugal de implementar um, que são perfeitos instrumentos de atendimento a um custo muito reduzido que, em alguns casos, foram inclusivamente suportados pelos municípios e que deram às pessoas que têm grandes dificuldades em contratualizar, por exemplo, seguros de saúde, porque esses são mais caros, porque preveem a cobertura de risco, mas dá a possibilidade às pessoas, inclusivamente pessoas que não são propriamente municipais, algumas estão em transição, em passagem pelo nosso município, eu estou a falar da realidade além-fronteiras, portanto, centro da Europa, dão a possibilidade das pessoas poderem ter um atendimento na mesma, inclusivamente, em períodos de tempo transitório, ou seja, nós tivemos que reinventar, sobretudo, a nossa forma de nos organizar em torno daquilo que é o paradigma daquilo que se pensa ser a missão do Serviço Nacional de Saúde e a missão do serviço de saúde prestado por privados e particulares. Foi um tema que foi bem desenhado, conseguimos implementá-lo, hoje não temos os problemas que se verificam, por exemplo, em Portugal, que são gravíssimos, na minha opinião, isto não podia acontecer.

Eu coloco-me ao vosso dispor para podermos estudar este assunto e ao dispor de uma futura comissão para poder partilhar convosco, porque há uma Lei de Bases da Saúde que tem que ser realmente repensada, tomando por base e bebendo saber de experiências desta natureza, em países que já antes viveram estas situações antes de nós e que resolveram com alguma vontade e pondo de parte ideologias, partidarismos ou qualquer o tipo de interesse que não fosse o benefício dos utentes.

O que eu quero dizer é que há soluções que são inclusivamente possíveis de implementar por parte do município, completamente assistente daquilo que é a vontade de um partido político nacional, como o Partido Socialista, o livre ou o próprio Governo e, como disse o senhor Presidente da Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei, Jorge Amador, são órgãos políticos, portanto, não significa que tenham provocação na resolução neste tipo de problemas, há soluções, elas já existem, já estão inclusivamente implementadas e, com certeza, podemos fazê-lo também no nosso município, se houver para isso a disponibilidade, sem implicar a alocação de verbas astronómicas, bem pelo contrário.»

Presidente da Junta de Freguesia de Ferrel, Pedro Barata (PS):

Disse o seguinte:

«Quero cumprimentar e agradecer a intervenção da senhora Susana Ferreira e também parabenizar aquilo que tem sido o trabalho da comissão. Tive o gosto de estar no Parlamento quando o assunto foi discutido e o drama é nacional e todos sabemos que não há médicos e há efetivamente uma dificuldade de os conseguir. Quero dizer que nos revemos na forma que a senhora Susana Ferreira referiu que, embora sejamos atores locais, devemos fazer a nossa quota parte dentro daquilo que são as nossas possibilidades para ajudar a melhorar e, nesse sentido, referir também que a questão, embora seja relativamente recente, do regresso às trinta e cinco horas semanais de trabalho veio complicar um pouco esta questão dos turnos e, obviamente, não quero dizer com isto que foi mau, mas é uma das razões, além da constante falta de médicos.

Relativamente àquilo que vamos conseguindo saber, porque acompanhamos de perto o assunto da Saúde no que diz respeito ao concelho de Peniche, vêm três médicos para o Centro de Saúde de Peniche, dois médicos de família e um médico de saúde pública, e que a escala da urgência para o mês de fevereiro está completa.

Dizer que numa das últimas sessões da Assembleia Municipal em que referimos o assunto da urgência e que tínhamos sido contactados por alguém do Hospital de Peniche que lhes disse que a urgência estaria perigo, com a iminente possibilidade de encerrar, o que nós fizemos foi tentar, dentro daquilo que é a possibilidade do Partido Socialista, perceber o que se podia fazer, e nós

soubemos que em quarenta e oito horas o senhor Ministro estava em contacto direto com a Administração do centro Hospitalar do Oeste e, na altura o problema foi resolvido.

No que diz respeito ao Modelo B, efetivamente, segundo a informação que tem, é um objetivo do Governo, no espaço de um ano, que ele esteja estendido por todo o país. Também há a informação de que poderia estar previsto para março a abertura do internamento de Psiquiatria.

Relativamente à questão em concreto da extensão de Saúde de Ferrel, nós temos o médico, apesar de ter ficheiro para dois médicos, mas o Centro de Saúde funciona bem e não tem carências, do ponto de vista da espera, muito elevadas. Dizer ainda que, no caso de Ferrel, nós recebemos a visita, por ocasião das ações produzidas pelo grupo de Deputados da Assembleia da República, de representantes do Partido Chega e do Partido Socialista. Em relação às resoluções no Parlamento, efetivamente não resolvem por si só, mas têm muita importância, daí que os nossos camaradas dos PCP tenham feito 145 resoluções nesta legislatura.»

Presidente da Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei, Jorge Amador (CDU):

Disse o seguinte:

«Sobre as 145 resoluções que o PCP apresentou, pode apresentar até 300, mas, como sabe, as resoluções têm um objetivo, chamar à atenção, não tem qualquer efeito real na resolução dos problemas, porque quem gere o Ministério é Ministro e o Secretário de Estado e não os seus Deputados, os seus Deputados não fazem parte do Governo.

Relativamente à questão do hospital, eu coloquei, na última sessão da Assembleia Municipal, no final de novembro, uma questão importante, pedi inclusive autorização ao senhor Presidente da Assembleia Municipal para fazer um ponto prévio antes da ordem de trabalhos, que nós íamos ter problemas muito, muito grandes de funcionamento do Serviço de Urgência Básica no Hospital de Peniche e que nos devíamos colocar a caminho para resolver o problema, e na Assembleia Municipal ninguém falou.

Nós vamos discutir depois as questões de Saúde, mas houve uma coisa que eu retive da intervenção do senhor Presidente da Junta de Freguesia de Ferrel, Pedro Barata, que eu agradeço. Como é que um Governo, que quer descentralizar para os municípios, a forma que tem de resolver alguns problemas é através da sua força política e não através da Câmara Municipal respetiva, fica a pergunta no ar.»

Presidente da Junta de Freguesia de Ferrel, Pedro Barata (PS):

Disse o seguinte:

«O Governo não está obrigado, como a Junta de Freguesia ou a Câmara Municipal, a responder a uma hierarquia, a administração é autónoma do Governo por definição e por constituição, portanto, se a Câmara Municipal quer saber informações do Governo tem de fazer o mesmo que a Junta de Freguesia de Ferrel fez, que foi procurar perguntar ao Governo o que se passa. Nós temos uma forma mais fácil de chegar ao responsável da Saúde e se conseguimos colocar o que está ao nosso alcance ao serviço das populações, eu acho que é isso que os partidos políticos devem fazer.

Concordo que devemos perguntar aos candidatos a Deputados o que é que eles defendem, mandar-lhes uma carta e esperar que respondam. Conte comigo para pedir aos meus camaradas do Partido Socialista que respondam, mas há aqui uma contradição, se os Deputados no Governo não dizem nada, vamos pedir aos candidatos a Deputados que não governam e não dizem nada que digam o que vão fazer se não o podem fazer.»

Presidente da Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei, Jorge Amador (CDU):

Disse o seguinte:

«Explicou porquê? Porque, como sabe, nós não vamos eleger um Governo, nós vamos eleger 230 Deputados e de uma maioria Parlamentar vai, em princípio, sair um Governo, portanto, significa que só os senhores Deputados é que vão criar condições para existir Governo que pode não existir e podemos ter eleições seis meses depois.»

José Monteiro (CDU):

Disse o seguinte:

«Quero apenas reforçar e agradecer a intervenção da senhora Susana Ferreira, por parte da Comissão de Utentes, penso que é importante até para não deixar no esquecimento este tema, isso foi importante também para os eleitos locais. É evidente que toda esta questão, em prol das populações, e aquilo que pode ser a melhoria é preciso ter em conta que falaremos mais adiante que poderemos melhorar, mas teremos sempre a ideia de que, quando não houver médicos, a culpa nunca será do município, porque nesta transferência não entra a componente de médicos, nem de enfermeiros. Isto quer dizer que a Comissão de Utentes deve continuar a trabalhar, nós deveremos continuar a trabalhar em prol de melhores condições e melhor saúde para este Conselho, e isso da minha parte, da Bancada e julgo que de todos aqui, como disse, há uma cor única, que está em prol de melhores condições de saúde para todos os utentes deste concelho.»

Hugo Martins (GCEPP):

Disse o seguinte:

«Começar por dizer que concordo em absoluto com a esmagadora maioria do que foi dito aqui, sobretudo agora com esta excelente intervenção do senhor Deputado José Monteiro e aproveito também para agradecer à Comissão de Utentes que veio aqui através da cidadã, senhora Susana Ferreira, deu uma boa explicação do que se passa na Saúde no concelho de Peniche. Já foi aqui dito que temos de ter uma grande preocupação a nível dos médicos de família, penso que não é fácil resolver esta questão no curto prazo, não vou estar aqui com demagogia e dizer que a questão dos médicos de família se resolve do dia para a noite.

Outro grande assunto que nos preocupa é o Serviço de Urgência Básica do Hospital de Peniche, porque é um direito adquirido da população do concelho de Peniche e é um direito intocável.

Eu só acrescentaria, porque não sei se alguém falou, a questão em termos de Saúde, o novo Hospital do Oeste, penso que é importante nós continuarmos aqui com uma posição de força, uma posição unânime em que não há cores políticas, penso que no futuro o Hospital do Oeste pode ser decisivo para melhorar as nossas condições, em termos daquilo que é a nossa saúde, o bem-estar, a qualidade de vida, e eu acredito que nós não devemos encarar como algo que é muito longínquo, devemos fazer o forcing para acreditar que é um objetivo próximo, existe outros hospitais públicos a ser executados e porque não nós, aqui na Região Oeste, haja vontade e unanimidade entre os municípios da Região Oeste, e dizer aquilo que tenho dito muitas vezes, vamos ter um hospital, que eu acredito que vai mesmo acontecer, penso que é um dado adquirido, porque o Governo tomou essa decisão relativamente à localização, estamos a falar de um hospital que é mesmo aqui ao lado.»

Presidente da Junta de Freguesia de Atouguia da Baleia, António Salvador (PSD):

Disse o seguinte:

«Quero agradecer a intervenção da senhora Susana Ferreira, porta-voz da Comissão de Utentes, que também faço parte.

Quero demonstrar aqui a minha preocupação com o que se está a passar no Centro de Saúde de Atouguia da Baleia. O Centro de Saúde de Atouguia da Baleia, neste momento, está um

caos e há pouco foi dito pelo meu colega Presidente de Junta de Freguesia de Ferrel que iriam dois médicos para o Centro de Saúde de Peniche e mais um de reforço, neste momento, o Centro de Saúde de Atouguia da Baleia tem duas médicas de reforço e eu acho estranha esta situação, porque ainda hoje abriram as consultas para o mês de fevereiro e elas já estão todas preenchidas e a maior parte dos utentes que preencheram essas consultas são utentes do Centro de Saúde de Peniche. Isto é gravíssimo, porque os utentes de Atouguia da Baleia praticamente não têm consultas, aliás, tivemos o infortúnio do senhor Dr. Afonso e, neste momento, os utentes deste médico estão a preencher muitas das consultas no Centro de Saúde de Atouguia da Baleia que é um problema, porque os utentes do Centro de Saúde de Atouguia da Baleia não têm. Quero também fazer um agradecimento à Câmara Municipal, e eu sei como foi difícil colocar, pelo menos, uma médica que neste momento está a fazer serviço no Centro de Saúde de Atouguia da Baleia, com a colaboração da Câmara Municipal, só que essa médica foi no sentido de ir para o Centro de Saúde de Atouguia da Baleia e estar disponível para os utentes do Centro de Saúde de Atouguia da Baleia e neste momento está a fazer o serviço de Peniche, à sexta-feira vai para a Serra d'El-Rei, portanto, alguma coisa tem de ser feito nessa área, porque os utentes do Centro de Saúde de Atouguia da Baleia estão a ser fortemente penalizados e quando se arranjou esta solução, que foi uma solução de recurso, era mesmo para os utentes de Atouguia da Baleia e, neste momento, os utentes de Atouguia da Baleia estão a ser penalizados.»

APRECIACÃO DE OUTROS ASSUNTOS DE INTERESSE PARA O MUNICÍPIO:

(continuação)

Henrique Estrelinha (PS):

Disse o seguinte:

«Eu começava por dar uma nota positiva relativamente àquilo que foram as atividades realizadas na época de Natal para as nossas crianças, apesar de na semana entre o Natal e o Ano novo não terem sido realizadas atividades no Jardim Público, penso que algumas atividades já não se faziam há alguns anos e voltaram e foi muito positivo, a tenda tinha bom aspeto, portanto, correu bem, foi pena, de facto, naquela semana, entre o Natal e o Ano Novo, não existir atividades.

Fazer também referência a duas entidades públicas do nosso concelho que foram reconhecidas com o prémio “Marca Entidade Empregadora Inclusiva 2023”, que foi o Município de Peniche e a Freguesia de Ferrel, portanto, este prémio resulta da integração de pessoas com incapacidade e deficiência e também com a criação de acessibilidades de acesso aos serviços públicos, portanto, estas duas entidades estão de parabéns.

Recebi, passados três anos, o cronograma do Posto da GNR, só que, por incrível que possa parecer, o documento é datado de 2021, ou seja, o documento não está atualizado, pelo que lamento essa situação, porque não ficamos com a informação atual do processo e enquanto órgão fiscalizador da atividade da Câmara Municipal, esta Assembleia Municipal fica muito limitada e, portanto, apelava que fosse enviado o documento atualizado.

Falando em documentos solicitados, não recebemos os pareceres relativamente à abertura do Campismo da Berlenga no ano passado e gostaríamos de ver os pareceres que existem de outras entidades sobre este assunto. Relembro o senhor Presidente da Câmara que nos tinha dito que, em julho de 2023, este espaço iria reabrir e não abriu. Pergunto se, em 2024, está garantida a reabertura daquele espaço.

Passaram seis anos, caminhamos para sete, que o senhor Presidente da Câmara e a sua equipa lideram o Município e fui ver algumas coisas do programa eleitoral de 2017, para ver o que estava e não estava feito. Fui ver aquilo que estava intitulado como obras urgentes e passo a citar: “...mas considerada a chocante falta de vontade evidenciada nos últimos anos (referia-se aos seus

colegas da Coligação Democrata Unitária) queremos especificamente referir o nosso propósito de urgentemente intervir na Estrada dos Remédios, bermas da estrada entre Porto de Lobos e Vila de Atouguia da Baleia, cruzamento do Alto Veríssimo e bermas da Rua Principal da Bufarda e ainda a regularização do piso e dos passeios do Campo da República". Mais à frente diz que também: "considerando nós incompreensível e inaceitável que após tantos anos de interrogações se continue sem decidir o que fazer na cova do Porto da Areia Sul e como dignificar a zona do Forte das Cabanas. Adiar mais, não." A verdade é que passaram quase sete anos e destas obras consideradas urgentes, só vejo uma que nem está terminada, pelo aspeto que tem, que é a Estrada dos Remédios que tem uma rotunda provisória. A verdade é que, se eram urgentes, a maior parte destas obras não foram feitas. O programa de 2017 fala da Consolação, sobre a ligação pedonal de São Bernardino, junto ao mar, não foi feita e diz: "É preciso também aqui estabelecer um programa de intervenção prospetivo, a reabilitação dos arruamentos por asfaltamento. A situação existente é degradante em alguns locais", a verdade é que a Consolação continua a ter estradas que parecem estradas de África, completamente destruídas, em muito mau estado e que não dignificam um espaço para as pessoas que ali vivem durante todo o ano e para quem nos visita na altura do verão. Sobre asfaltamentos também dizia: "Pretendemos implementar um programa de asfaltamentos devidamente planeados no tempo, pensado para os quatro anos de mandato baseado no conhecimento dos nossos serviços técnicos e na participação das quatro freguesias. Antecipar as decisões destas matérias, informar previamente as populações acerca desse calendário, determina, desde logo, que saibamos todos, Câmara Municipal, Juntas de Freguesia e munícipes, o que vamos fazer no âmbito de cada um dos quatro anos". Corretíssimo, a verdade é que não houve planeamento, nem informação e aguardemos, como dizia aqui, que não haja o alcatrão eleitoral no ano 2025.

Falo ainda de outro tema, que para mim me diz muito, porque utilizo aquele espaço, eu e a minha família, que é o Mercado Municipal que também vinha referido no programa eleitoral de 2017 que passo a citar: "O desenvolvimento económico também passa por ele (corretíssimo), mas há alterações substanciais que se impõe que devem merecer urgente e cuidada análise por parte dos próximos autarcas, dos comerciantes que fazem do mercado uma parcela significativa das suas vidas e da população em Peniche, em geral". Nós olhamos para o Mercado Municipal e não oferece, neste momento, condições de segurança e as comodidades básicas para quem lá trabalha e para quem é cliente daquele espaço. Pergunto para quando uma intervenção séria naquele espaço.

Quero também referir uma última citação do programa do Grupo de Cidadãos Eleitores Por Peniche, em 2017: "Entreajuda entre a Câmara Municipal e as Juntas de Freguesia, o objetivo é ajudar-nos mutuamente para melhorarmos a qualidade de vida das populações que representamos". A verdade é que nós sabemos que existe uma má relação entre a Câmara Municipal e os Presidentes de Junta de Freguesia, exceto um, aquele que curiosamente o levou a ser candidato independente em 2017, porque de resto não tem relação com os outros Presidentes de Junta de Freguesia e isso prejudica em muito aquilo que é o desenvolvimento e o bem-estar da nossa população, portanto, gostaria de obter resposta de algumas situações que coloquei e que estava no programa eleitoral.»

Presidente da Câmara Municipal, Henrique Bertino (GCEPP):

Disse o seguinte:

«Diria que já nada me surpreende.

Já várias vezes se falou na Rua 13 de Infância e esta rua esteve a aguardar por uma situação que não sabíamos como a iríamos concretizar e que tem que ver com uma fase de intervenção das Muralhas e precisávamos de um estaleiro e não sabíamos onde a empresa o queria colocar, são fases e nós ajustamo-nos a elas. Acho que era uma irresponsabilidade avançar para

aquilo que avançámos agora, e tivemos autorização e pareceres, porque iríamos estragar aquilo tudo, essa foi a razão. Se quiserem falar no espaço da Rua 13 de Infância ou das antigas cadeias, existem dois projetos, não existe é dinheiro para os projetos, o nosso objetivo, pelo menos numa primeira fase, é colocar a cobertura e reabilitar o edifício. Temos ideias, sabemos o que queremos propor para colocar dentro das instalações e a seu tempo apresentaremos.

Em relação aos recursos humanos, o impacto que tem, em termos de despesas em relação ao orçamento que temos, é pesado e o número de trabalhadores é falacioso, porque é enganador e nós vamos demonstrar setor por setor. Já falámos várias vezes que, em momento oportuno, vamos perguntar quais são as áreas que querem cortar para cortar trabalhadores, particularmente um setor que é um setor que fez pesar a balança, que é a Educação. Os elementos serão transmitidos e as pessoas vão ficar completamente surpreendidos em relação a isso, mas terão de dizer à população que o Partido Social Democrata quer cortar nas Aulas de Enriquecimento Curricular, nos prolongamentos, no serviço normal em que o rácio nos é devolvido e nem sequer se pode cortar.

Relativamente ao Museu Municipal, tenho curiosidade, não conheço a decisão do abandono do projeto Revive, temos de ver o que lá diz, não é um mar de intenções como há pouco os senhores Presidentes de Junta de Freguesia referiram é, objetivamente, ver se há uma decisão, porque de promessas está o mundo cheio.

Surpreende-me muito no senhor Deputado Luís Almeida, neste mandato, enquanto Deputado Municipal, pois não nos devemos permitir falar de uma empresa, sem dados e os senhores Deputados não têm os dados porque não querem, porque conhecem as pessoas dos estaleiros e eu recuso-me a falar de dados de uma empresa que nem são verdadeiros, coloca-se tudo em causa, independentemente da avaliação que eu faço e o que eu mais desejava pessoalmente e o que achava melhor para o concelho, nomeadamente para a pesca, mas não é isso, estamos a falar de uma empresa e estamos a colocar novamente uma empresa em causa sem dados objetivos, não tendo em conta a administração e o número de trabalhadores que são do concelho de Peniche. Chamo mais uma vez à atenção que é uma irresponsabilidade trazer para a praça pública esta situação.

Em relação ao Vale do Grou, o senhor Deputado Luís Almeida pode ter a sua opinião e pode entender aquilo que eu referi. Peço aos senhores Deputados que, quando falarem no Vale do Grou e com a informação que nós vamos disponibilizar a todos os grupos na próxima semana, não refiram publicamente o nome das empresas. Nós temos uma empresa que é uma indústria e que não é do concelho de Peniche, trabalha essencialmente com exportação e estamos a falar, na unidade operativa n.º 5 que tem cerca de cento e sessenta mil metros quadrados, esta empresa pretende entre noventa e cem metros quadrados, outra empresa quer cinquenta mil metros e depois temos um conjunto de empresas que quer quantidades mais pequenas. Esta informação não foi disponibilizada, porque o senhor Presidente da Assembleia Municipal referiu que iria ser realizada uma Assembleia Municipal extraordinária para debater este assunto. Preparámos uma informação, em relação às decisões sobre o Campo da República e hoje vem à Assembleia Municipal outra informação muito bem preparada e aproveito a oportunidade para agradecer às pessoas que a trabalharam, nomeadamente ao senhor Diretor Municipal de Desenvolvimento e Governança, Dr. Rui Vargas, e à senhora Chefe de Divisão de Educação, Dra. Carla Carriço, pelo trabalho desenvolvido. A Assembleia Municipal extraordinária está prevista para o princípio de março e nessa altura apresentaram, mas na próxima semana apresentaremos as empresas que estão referenciadas como interessadas. Quanto à outra questão que os senhores Deputados colocaram para mim é muito mais pertinente e complicada, não sei se a podemos dar como entendem, porque terão de ter essa avaliação, pois a partir do momento que dizem que uma empresa está em insolvência, que são os Estaleiros Navais, e nós dizemos que não está.

Em relação ao senhor Deputado Henrique Estrelinha, fico muito satisfeito por que não é o primeiro autarca a estudar o programa da candidatura do Grupo de Cidadãos Eleitores Por

Peniche de 2017. Posso dizer que colaborei em outros programas e assisti a pessoas com muita competência a fazer programas, mas posso dizer que tive uma grande participação neste programa, tive a felicidade de ter outras pessoas envolvidas e arrisco a dizer que é, na minha opinião, dos melhores programas. Concordo que criei e quis criar expectativas altas e um dos grandes problemas deste concelho é não criar expectativas, é as pessoas não acreditarem. O nosso concelho está atrasado trinta anos em relação às infraestruturas, em relação ao planeamento e a um conjunto de execuções, porque o essencial não se discute.

O cronograma do Posto da GNR, eu já pedi desculpa, porque de facto ele estava feito e lamentavelmente não foi enviado. O cronograma tem a ver com a questão do loteamento, pois quando tomou posse, há cerca de seis anos, parecia que estava tudo feito e não estava. O processo de loteamento foi muito demorado assim como outras coisas são muito demoradas nesta casa. Não se trata de atualizar o cronograma, o que já pedi foi que se fizesse o cronograma do processo que está a decorrer e que tem que ver com o loteamento, da empreitada em diante. Penso que as coisas estão a correr dentro da normalidade, estamos atentos e a questão da mudança de Governo pode complicar alguma coisa que tem que ver com o compromisso que existia de executar o projeto junto da Secretaria de Estado da Administração Interna e o compromisso que havia com a verba que está no Orçamento do Estado, a dúvida é se o dinheiro seria transferido para o Município de Peniche e seria o Município de Peniche que desenvolvia o processo e é esta situação que terão de aguardar. Estão um conjunto de processos e de objetivos que neste momento estão parados, quando o Governo tomar posse verão como ficará.

Em relação ao Parque de Campismo da Berlenga, há um parecer que era fundamental do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas e tem a ver com algumas alterações em termos de instrumentos do território que mudaram as regras. Nós, obviamente, não desistimos do objetivo de abri-lo, tentámos dar várias voltas e não conseguimos, porque há um patamar que dá pareceres negativos, mas não toma decisões, portanto, estamos a tentar falar com o Turismo de Portugal no sentido de classificar aquilo de um determinado modo para conseguirmos abrir o parque de campismo. Nós não temos qualquer interesse que aquilo não seja aberto, eu gostava muito de ter cumprido com aquilo que eu pensava que era normal e se soubesse que não iriam abrir o parque de campismo não teria dito que ia abrir, mas há coisas que nos ultrapassam.

Sobre as obras urgentes, a Estrada dos Remédios não está por acabar, aquilo foi uma obra muito importante, provavelmente devíamos estar a abrir outra rua no sentido contrário, aquela para Norte e outra para Sul, que foi sempre o que eu defendi, mas a rotunda está assim, porque tem a ver com o traçado da Marginal Norte que vai passar ali, a rotunda que irá existir é um pouco mais a Leste, antes de chegar ao Remédios, já a pensar no traçado da Paulo VI que irá sair ali. Acho que a Paulo VI é a via mais estruturante da cidade, na minha opinião, mesmo sabendo que a Marginal Norte é muito importante para o concelho.

A Estrada 114 tem dois planos, a que liga Porto de Lobos a Atouguia e gostava muito que conseguíssemos, pelo menos, aprovar o projeto e se possível submeter uma candidatura, porque é um projeto muito exigente em termos financeiros. O cruzamento do Alto do Veríssimo tem que ver com a obra da Bufarda. Não sei se resolverá e confesso que foi uma das situações que eu não me concentrei e cada vez que eu penso nela preocupa-me muito, porque todos sabemos que de vez em quando há ali acidentes muito graves.

A obra do Campo da República está a ser feita, contudo, acho que há muita gente a falar no Campo da República por causa dos ecopontos/moloks só por que alguém tirou fotografia e parece que os moloks estão em cima da Fortaleza de Peniche, mas qualquer dia dou um prémio ao povo de Peniche para mostrar essa e outras coisas, porque quando as pessoas têm razão, tudo bem, mas vamos ver quem tem razão, mas as pessoas que criticam aquela situação, que nem deixam terminar a obra, criaram uma destabilização, mas quando aquilo levar os outros equipamentos, se levar,

vamos ver quem tem razão e vamos ver também quem tem moral nesta terra, porque estão tão preocupados com a Fortaleza, com o Campo da República que esteve abandonado estes anos todos e depois vamos colocar as barracas e as faturas com um Museu Nacional ali e quando a Secretaria de Estado da Cultura vier dizer que não. Para o Campo da República falta a Câmara Municipal decidir se ficam os moloks ou ilhas ecológicas ou outra coisa qualquer.

O Porto da Areia Sul veio no pacote da transferência de competências da Docapesca e quando há seis anos falou no assunto foi com o propósito de fazer no local um grande hotel, é a minha ideia e acho que há condições para isso, pode desenvolver-se um concurso, porque a Câmara Municipal não tem condições para fazer o investimento e não há muitas oportunidade para a Câmara Municipal concorrer para fazer um hotel, mas há oportunidades para colocar aquele terreno a concurso, com um determinado objetivo, para um privado concorrer, e vamos tratar desse processo.

O Forte das Cabanas tem um processo em Tribunal e aguardamos a sentença para clarificar uma situação. Depois da sentença vou propor à Câmara Municipal outras medidas e serão os autarcas que terão de propor o que vai ser o Forte das Cabanas, porque como está é uma indignidade.

A Consolação e São Bernardino começámos, fomos confirmar as propriedades e o cadastro, fizemos intervenções, colocámos alguns limites sobre as falésias, não passámos para o outro lado, porque existe uma grande propriedade junto às falésias, tínhamos de passar por fora, mas a nossa ideia, desde sempre, é ligar Paimogo ao Báltico.

Sobre o programa de asfaltamento, nós temos asfaltado, mas quando eu entrei os equipamentos da equipa de asfaltamento estavam todos a necessitar de ser substituídos e comprámos a pavimentadora, dois camiões, o cilindro e a caldeira e comprámo-los quando apresentámos uma proposta a reunião de Câmara, em 2019, para contrair um empréstimo de um milhão de euros, porque tínhamos um plano elaborado pela Divisão de Obras Municipais das vias principais de intervenção, que seriam feitas por uma empresa, e nesse milhão de euros estava incluída a Estrada do Báltico só que não foi autorizado e na reunião seguinte propus trezentos mil euros para fazer a Estrada do Báltico e não autorizaram e, depois, aquilo que decidimos foi comprar as máquinas. As últimas intervenções que fizemos foi na Consolação, antes disso estivemos no Casal da Fonte que estava há trinta anos a reivindicar, quando voltarmos ao alcatroamento temos uma série de coisas para fazer, só em Ferrel é uma monstruosidade, na Consolação há uma série de ruas para fazer, no Casal Moinho há duas ou três ruas para fazer, Reinaldes há três ou quatro, Ferrel e a cidade. Vamos começar o asfaltamento na Consolação, depois temos de fazer o Báltico, porque é uma estrada muito perigosa, mas depois de começar o asfaltamento espero reunir com os quatro Presidentes de Junta de Freguesia.

O Mercado Municipal, a primeira proposta que recebi, só para o estudo, era cem mil euros. Neste momento definimos outra estratégia, está esclarecida, há um conjunto de mudanças e as peixeiras vêm para o piso de baixo, abre-se mais uma banca, vai ser instalada uma câmara frigorífica nova e serão feitos mais alguns procedimentos, portanto, penso que antes do verão algumas mudanças vão ser feitas. A intervenção na parte exterior, para mim, não fazia muito sentido avançar Câmara Municipal a cerca a Sul enquanto não se tirar do piso superior o peixe.

A questão da relação com as Freguesias fez com que eu alterasse os Pelouros, porque no mandato passado as coisas não funcionaram bem, eu respeito as funções deles, não concordo com os Presidentes de Junta em alguns propósitos, tenho uma visão diferente, mas respeito e, no princípio do atual mandato, o senhor Afonso Clara assumiu o Pelouro das Freguesias. A senhora Vereadora Ana Rita Petinga tem estado a reunir com os Presidentes de Junta de freguesia, tem feito um bom trabalho.»

Luís Almeida (PSD):

Disse o seguinte:

«O sentido da intervenção sobre o Museu é exatamente para em conjunto reivindicarmos, idealmente devíamos ser liderados pela Câmara Municipal, e vermos se realmente há resolução, estudar tudo, programarmos o caminho e lutarmos pelo Museu, é esse o sentido, não é o sentido individual nem o sentido partidário.

Sobre os Estaleiros Navais, não são os estaleiros Navais que têm equipamentos em leilão, o leilão é público, e entendo que os Estaleiros Navais são tão importantes para Peniche que a Câmara Municipal devia acompanhar o processo, é este também o sentido da intervenção.

Quero apresentar aqui a minha posição pessoal de que tudo o que sejam assuntos relevantes para Peniche devem ser públicos, nada deve ser escondido, nós devemos saber tudo o que se passa e aqui é o fórum para se discutir o que se passa na nossa terra.»

Presidente da Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei, Jorge Amador (CDU):

Disse o seguinte:

«Hoje, 02 de fevereiro, passam duzentos e cinquenta e dois anos sobre o naufrágio do San Pedro de Alcântara, era bom não esquecer e era bom a Câmara Municipal registar esta data para efemérides futuras.

O aniversário do Grupo Desportivo de Peniche (GDP) foi aqui trazido pela senhora Presidente da Junta de Freguesia de Peniche. Nós tivemos, há três anos, uma discussão durante algum tempo sobre o protocolo com o GDP, a obra não foi feita, mas, atenção, o relvado sintético é da Câmara Municipal, portanto, sendo parte integrante do parque urbano, que tive a oportunidade de ser o responsável político por essa obra, queria dizer que está na altura de a Assembleia Municipal ser informada sobre qual é a perspetiva relativamente a esta obra importante para os jovens que praticam desporto no concelho e, naturalmente, para os do Grupo Desportivo de Peniche em particular.

A questão dos transportes, já manifestei a minha opinião sobre isso, sei da decisão que foi tomada, mas ela vai ficar registada para sempre, é um erro colossal os Municípios fazerem aquilo que vão fazer e vão arrepende-se por isso.

Gostava de saber qual é o apoio que a Câmara Municipal dá aos Bombeiros Voluntários de Peniche e gostava de saber de que forma é que a Câmara Municipal de Peniche vai apoiar a obra do Pavilhão Stella Maris.

Sobre os moloks quero dizer que aquele conjunto pouco ortodoxo de moloks não faz sentido nenhum naquele espaço e acho que foi uma boa decisão proceder à sua retirada, porque não fica bem naquele espaço e acho que quando uma coisa está mal se é preciso reconhecer, reconhece-se e retira-se.

Relativamente à questão da Saúde, eu tive a oportunidade de denunciar no Congresso da ANAFRE, no passado sábado, uma coisa que tem sido uma prática corrente neste país, é que são os autarcas os responsáveis, até das freguesias, quando um médico da sua extensão se vai embora. Eu não sinto qualquer responsabilidade pelo facto de a médica ter saído da Serra d'El-Rei, a responsabilidade é do Ministério da Saúde, é do Governo, mas eu acho que a exemplo daquilo que foi o tratamento relativamente à Atouguia da Baleia, o mesmo poderia ter acontecido relativamente à médica da Serra d'El-Rei, que era uma jovem e estes jovens, normalmente, quando vão para uma localidade têm tendência para ficar, basta olhar para os nossos médicos que hoje estão aposentados que vieram para cá e aqui ficaram.

O senhor Presidente da Câmara só chegou onde chegou, primeiro porque o povo quis, mas antes disso porque era sua vontade expressa, não vale a pena iludir o problema.»

Carlos Amaral (PS):

Disse o seguinte:

«Na última Assembleia Municipal falei, quando da apresentação das Grandes Opções do Plano, que o documento era fraco, tinha vinte e seis páginas e retirando os quadros e os gráficos dava nove páginas e as GOP é um documento estratégico, talvez o documento mais importante para o município e nós recebemos uma informação escrita do Presidente da Câmara Municipal, no período de 01 de novembro a 31 de dezembro, que tem cento e sessenta e oito páginas. Eu saí desta casa há 15 anos, ainda era do tempo que quando se atendia um munícipe, o mesmo vinha com uma senha e nós guardávamos a senha para no final darmos à chefia e dizíamos que atendi x pessoas, e o que nós temos neste documento é um mero exercício estatístico, porque o documento diz assim: “para efeitos do disposto na alínea c) do diploma, apresenta-se a informação escrita do Presidente da Câmara Municipal sobre a atividade municipal mais relevante”.

Sobre os moloks surpreendeu-me o facto, em relação a este assunto, na última reunião de Câmara pública, que assisti, de ver o exercício habilidoso de conotar os Vereadores da oposição à tomada de decisão de colocação daqueles moloks para se chegar à conclusão de que a memória descritiva nunca falou em moloks, o que foi lá colocado é da responsabilidade pura do senhor Presidente da Câmara, não é de mais ninguém, a opção dos moloks foi do Presidente da Câmara e eu gostaria de saber o custo daqueles moloks. Quanto é que vai custar a retirada dos moloks que foram da responsabilidade do senhor Presidente da Câmara, ou seja, o dinheiro que foi lá colocado e o dinheiro que vai ser utilizado para retirar, gostaria de ter acesso a esses valores.

Quanto à questão dos Estaleiros Navais de Peniche, eu acompanho um pouco a ideia base do senhor Deputado Luís Almeida, o que o preocupa é que temos ali um empregador de muita gente em Peniche, podemos estar a falar de uma coisa não real, mas imaginemos uma auto europeia dos barcos, porque indiretamente são muitos postos de trabalho e faz todo o sentido, seja para os Estaleiros Navais ou para outra empresa que, por alguma razão possa não estar em dificuldades, é obrigação da Câmara Municipal acompanhar estas situações, não se pode imiscuir destes aspetos, porque é nossa, está cá e quando não gostarem de aqui estar vão embora.»

Presidente da Câmara Municipal, Henrique Bertino (GCEPP):

Disse o seguinte:

«Sobre o sintético, o projeto está na fase final, já deveria ter sido presente em reunião de Câmara. A minha proposta é contrair um empréstimo.

Em relação ao apoio aos Bombeiros Voluntários de Peniche, os serviços vão fazer essa informação. Em relação ao multifunções, passem por lá e vejam a importância que aquilo vai ter para o concelho de Peniche. Há um compromisso com a Associação Humanitárias dos Bombeiros Voluntários de Peniche e estamos a trabalhar numa solução adequada, sem riscos para os autarcas deste mandato.

O executivo ainda não decidiu, mas não vou ter a oportunidade de demonstrar que tenho razão em achar que os moloks são a melhor solução.

O Senhor Deputado Carlos Amaral deturpou aquilo que eu disse, aquilo que eu quis referir é que o projeto do Chega, até agora, foi muito concentrado numa pessoa, no Deputado André Ventura e logicamente que nós todos pensámos ou analisámos que naquele projeto se tirarem de lá o André Ventura, o Chega provavelmente tem muitas dificuldades de sobreviver ou de ter o impacto que tem na sociedade portuguesa. Em relação à minha candidatura, fui eu que a paguei.

Quanto ao preço dos moloks, tenho todo o prazer de lhe fornecer o preço dos moloks. Acho que nós devíamos estar indignados com os ecopontos que estão em frente da Cervejaria Nau, que estão no Alto do Vilas, que estão na entrada dos portões, perto das casas de banho e por todo o concelho. Eu por acaso idealizo que a melhor solução é aquela, não idealizo que a melhor solução

sejam as ilhas ecológicas, mas não sou eu que vou impor, são ilhas ecológicas que querem, mas depois, aqueles que não gostam dos moloks, estamos cá para falar quando as pessoas deixarem o lixo ao lado das ilhas ecológicas e quando os ratos começarem a saltar das frechas das ilhas ecológicas falamos.»

Presidente da Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei, Jorge Amador (CDU):

Disse o seguinte:

«A propósito desta questão do Campo da República, quero deixar a seguinte nota, se houve obra que eu fui responsável, a partir de determinada altura, que nunca gostei, foi a do Campo da República, aliás o senhor Francisco Salvador era Vereador na época na Câmara Municipal é testemunha, eu nunca gostei daquela rotunda nem do ferro que tem no meio, porque quando eu vi aquilo fiquei à beira de ataque de nervos. Toda a gente sabe que o Campo da República é um projeto do Partido Socialista que já estava em curso quando a Coligação Democrata Unitária entrou na Câmara Municipal e ninguém gostou.

Chamou à atenção que o parque urbano não era aquela relva bonita, era prado sequeiro e nós não deixámos.»

José Monteiro (CDU):

Disse o seguinte:

«Em relação à Rua 13 de Infância, da minha parte e em nome da Bancada da Coligação Democrata Unitária, congratulamo-nos pelo desenvolvimento tido na melhoria daquele espaço, não foram em vão as chamadas de atenção que tivemos em várias sessões.

Falei na última sessão, no Centro Coordenador de Transportes e é a este tema que eu volto. Lembram-se que aqui falámos relativamente aos constrangimentos na aquisição de títulos de transportes e o senhor Presidente reconheceu o problema e informou que haveria reunião com a empresa, no sentido de encontrar alternativas. Pergunto se há alguma novidade relativamente a isso, aliás, falou numa reunião entre a Câmara Municipal e a Rodoviária do Tejo.»

Vítor Agostinho (CDU):

Disse o seguinte:

«Quero saber em que ponto está a situação das várias concessões do município, se há alguma novidade a acrescentar à Assembleia Municipal.

Na sessão anterior foi falado que tinha sido encontrada uma solução para reerguer o monumento ao Homem do Mar, os moldes seriam os mesmos, mas com outros materiais, no entanto, o tempo continua a passar e não se vê avanço na obra. Queremos saber quais são as razões e se é possível que no próximo Dia Nacional do Pescador existir algum monumento.»

João Oliveira (CHEGA):

Disse o seguinte:

«Se bem que é verdade e evidente que no período em que o Dr. André Ventura era uma voz isolada e, portanto, assumia, na figura dele mesmo, a representatividade de uma série de anseios e vontades da população que se revê obviamente no Partido Chega, hoje não o é. O facto de eu estar aqui sentado hoje não foi por eu ter sido eleito, porque tenha tido qualquer tipo de papel desempenhado nesta terra, até porque disse que venho na qualidade de um português emigrado, precisamente porque em Peniche e em Portugal as condições para se viver tornaram-se impossíveis. Hoje, o Chega é um partido que tem vozes importantes, já não é só o Dr. André, o Deputado Bruno Nunes é um excelente belíssimo exemplo, o Professor Gabriel Mithá Ribeiro, outras figuras que nem por isso se preocupam muito com protagonismo, enfim, um protagonismo que eu hoje,

infelizmente, tenho visto aqui acontecer na Assembleia e que é muito mau para o nosso município. Eu venho, sobretudo, de um ambiente que é um ambiente riquíssimo de pessoas que amam Portugal que não estão interessadas em cores políticas, mas que se reveem no discurso e na oratória do Dr. André e é apenas isto, ou seja, não é por que, de facto hoje, se nós removêssemos o Dr. André do Chega as pessoas deixavam de votar no Chega.»

Presidente da Junta de Freguesia de Ferrel, Pedro Barata (PS):

Disse o seguinte:

«Relativamente à questão dos moloks, isto é mais um sintoma da falta de planeamento e de desnorte da gestão, porque são decisões tomadas a correr e depois também é o karma, o senhor Presidente atacou tanto o Partido Socialista com o Campo da República ou com o Campo da Torres, que depois veio durante os seus mandatos a ligar os repuxos de água durante a campanha de 2021 e agora a fazer aquele que já foi intitulado “o filme da fúria dos moloks”. Já ficou esclarecido que não ficou aprovado, que foi uma decisão só do Presidente e isso não tem de ser necessariamente um problema muito grave, é reverter, porque o senhor Presidente só tem de retirar aquilo, creio que é a melhor solução. Temos aqui uma notícia, de há dois dias, em que a Direção Geral do Património Cultural disse à Lusa que havia um parecer favorável condicionado relativamente à beneficiação do Largo de Santo António e zona adjacente, tal e qual como o Senhor Presidente tinha dito, mas depois diz mais à frente, a própria Direção Geral do Património Cultural, e vou citar: “desde a emissão do referido parecer não se registou qualquer aditamento ao processo, pelo que as soluções implementadas no local não tiveram qualquer aprovação da Direção Geral do Património Cultural”. Eu, a única coisa que queria era solicitar ao senhor Presidente se isso era verdade ou não. Relativamente às questões do Campo da República e que chamam sempre o Partido Socialista, o Partido Socialista orgulha-se da obra que fez em Peniche, fez a obra do século, a IP6, hoje não eramos nada sem ela, por exemplo, mas lembra-se, com certeza, que no início do mandato da Coligação Democrata Unitária, esta fez uma sessão pública sobre a questão do Campo da República, em que não convidou os Vereadores, e depois na Assembleia Municipal, o então representante da Coligação Democrata Unitária na Assembleia, Henrique Bertino, entre outras coisas, salientou que as pessoas querem uma gestão aberta ao contrário do que acontecia e agora vê-se aquilo que está a acontecer com a questão dos moloks e com outras, que ela se calhar não é assim tão aberta como era nesta altura. Relativamente a este assunto, direi só que será ostracismo criticável e arrogante se isto não for resolvido e se os moloks não forem retirados.»

Presidente da Câmara Municipal, Henrique Bertino (GCEPP):

Disse o seguinte:

«A questão da Rodoviária, já houve várias reuniões, não é uma questão fácil, principalmente a do fim de semana, estamos a tentar encontrar as melhores soluções. Neste caso, infelizmente, o processo da empresa de capitais intermunicipal vai levar muito tempo, porque, provavelmente, poderia ser uma ajuda. Nós não desistimos e recentemente fizemos novas propostas.

Em relação às várias concessões, elas são múltiplas, são mais do que aquelas que estão a pensar, e nem sequer começámos a trabalhar nas concessões que vieram da Docapesca, que são pelo menos duas. A questão do Tasca Areia estamos a tentar preparar outra proposta, porque foi duas vezes a concurso e ficou deserto, os serviços têm a orientação para avançar com uma concessão junto ao Sol Village II, depois existem outros dossiers, nomeadamente o Porto da Areia Sul que ainda não fechámos, porque existem interpretações diferentes, é um processo difícil de fechar, porque as pessoas entendem que são muitos anos, existe também a questão do restaurante que era do Centro Social e que passou para a Câmara Municipal, e assumo que mais valia termos fechado

aquilo, está para resolver e quando fechar temos de fazer a reabilitação daquilo. A Nau dos Corvos está a aguardar a questão do projeto para avançarmos para um concurso que, provavelmente, será uma empresa que irá recorrer a fundos comunitários.

O monumento ao Homem do Mar, espero que no Dia do Pescador de 2024 estará no lugar.

Em relação à intervenção do Deputado João Oliveira, eu respeito, mas como eu passei por uma afirmação, ainda por cima rebati a de outro Deputado, é a minha opinião. Eu acho que, neste momento, a ideia que eu tenho é que se tirassem de lá o André Ventura, mesmo nestas eleições, não teriam a votação que provavelmente vão ter, mas esta é a minha ideia e posso estar errado.

Relativamente aos moloks, eu vou demonstrar, até porque já demonstrámos, na memória descritiva tem o desenho dos ecopontos e os moloks são ecopontos. Posso aceitar que digam que o que lá está são quadrados que representam as ilhas ecológicas, que alguém dizia que eram ecopontos, no meu entender podia ser interpretado assim, nós entendemos aquilo como uma boa solução, e hoje não foi decidido em reunião de Câmara, porque um Vereador colocou a questão dos dois pareceres e há aqui um erro crasso. Acho que não é agradável uma entidade como a Direção Geral do Património Cultural responder à situação como respondeu, sem falar com a Câmara Municipal, porque existem dois processos, existe um processo que é designado por “Estudo Urbanístico do Largo Santo António – Projeto piloto integrado no Plano de Requalificação Urbana, Largo de Santo António ao sul da antiga Capela de Santo António”, que é de 2022, e é a isso que se estão a referir, o outro é de 2020 e tem o parecer favorável e a designação é “PPA – Projeto de beneficiação de vias / estacionamento / passeios no Campo da República, Peniche - Envolvente da Igreja de São Pedro e da zona do Campo da República, em Peniche”, a mesma designação que vinha do tempo do Jorge Gonçalves”. Podem deturpar o que quiserem, agora, tem parecer, até porque nós discutimos isto com eles. Agora vêm dizer que um projeto na Câmara Municipal para ser aprovado tem de ter toda a memória descritiva, como um projeto que nós exigimos a um particular na gestão Urbanística, podemos fazer isso, mas se isto já não anda, não vão andar mesmo. São dois assuntos completamente diferentes e, logicamente, quando alguém se precipitou e que diga que não votou, votaram, quem não votou fui eu, eu propus e assumo que queria aquilo, logicamente, não querem, se não querem têm de decidir o que querem, também disseram que quem tem de decidir é o Presidente da Câmara, o Presidente quer os moloks, os outros não querem os moloks, havendo consenso tenho de respeitar, se não há moloks o que querem, a maioria quer ilha ecológica, tudo bem, é naquele local, não é, onde querem, mas quem vai decidir é a Câmara Municipal e o Presidente está cá para executar aquilo que o executivo quer.»

Luís Almeida (PSD):

Disse que não se trata de ser moloks, nem ecopontos ecológicos, o assunto é a localização, uma localização suja não pode estar naquele local.

Presidente da Junta de Freguesia de Ferrel, Pedro Barata (PS):

Informou que a rotunda do Campo da República foi deliberada em 2007, existe ata, a Câmara Municipal era presidida pela Coligação Democrata Unitária.

Presidente da Junta de Freguesia da Serra d’El-Rei, Jorge Amador (CDU):

Disse que o projeto do Campo da República não é de 2007. Chamou à atenção que o projeto é de final de 2004 início de 2005, a obra é começada quatro meses antes das eleições autárquicas, a Coligação Democrata Unitária quando chegou já o estaleiro estava pronto, era só começar a obra.

Presidente da Junta de Freguesia de Ferrel, Pedro Barata (PS):

Disse que o projeto é do Partido Socialista, não foi o que a Coligação Democrata Unitária executou, a pedra não era aquela, a rotunda foi a Coligação Democrata Unitária que aprovou e passaram doze anos na Câmara Municipal, vamos a caminho de vinte anos e o que lá fizeram foi nada.

José Monteiro (CDU):

Disse que, relativamente ao Centro de Coordenação de Transportes, pode ter-se expressado mal na questão que colocou, aquilo que preocupa o utente é sobretudo a informação que está disponibilizada. Referiu que, na sua opinião, deveria haver, complementarmente, outra informação que dissesse onde poderia obter o título de transporte aos fins de semana e feriados.

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

Considerando o adiantamento da hora, o senhor Presidente da Mesa, após a realização do período de intervenção do público, colocou à consideração da Assembleia a alteração à presente ordem do dia, tendo sido aprovado, por unanimidade, realizar uma segunda reunião.

Ficaram para apreciar os seguintes pontos: 2, 3, 5, 9, 13 e 14.

1) APRECIÇÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA, ACERCA DA ATIVIDADE DO MUNICÍPIO, BEM COMO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MESMO:

A Assembleia Municipal, em cumprimento da alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, apreciou a informação escrita do senhor presidente da Câmara, Henrique Bertino, acerca da atividade do Município, bem como da situação financeira do mesmo.

4) APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL PARA A TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS NO DOMÍNIO DA SAÚDE (DECRETO-LEI N.º 23/2019):

A Assembleia Municipal passou à apreciação do quarto ponto da ordem do dia, tendo usado da palavra os senhores adiante identificados:

Presidente da Câmara Municipal, Henrique Bertino (GCEPP):

Fez a apresentação da proposta da Câmara Municipal.

Presidente da Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei, Jorge Amador (CDU):

Disse o seguinte:

«Faço parte da comissão de acompanhamento ao pacote da descentralização e quero dizer que me sinto muito à vontade para discutir este assunto e desde logo, do ponto de vista político, dizer que eu acho que esta é daquelas áreas que eu acho que não faz sentido nenhum descentralizar para os Municípios, até porque o Governo não se pode desresponsabilizar da responsabilidade que tem no setor da Saúde e por isso se há matéria que não concordo e julgo que o nosso grupo também tem a mesma opinião, não concorda.»

Nós não vamos discutir hoje a Educação, mas desde a primeira hora que eu chamava à atenção que nós iríamos ter milhares de euros de prejuízo e nas reuniões que houve no Parlamento nós apercebemos-mos como as coisas eram e quando ia para a Educação não ia para outras obras, para outros investimentos, para outras iniciativas e aqui na área da Saúde é mais uma para subcarregar, portanto, não faz sentido nenhum este tipo de competências vir para o município, porque a responsabilidade da Saúde é do Governo português e esta coisa de querer colocar a areia debaixo do tapete não pode continuar, compete ao Governo ficar com estas responsabilidades.»

Francisco Salvador (PSD):

Disse o seguinte:

«Começo por dizer que a intenção de voto da Bancada do Partido Social Democrata vai ser contra, porque, tal como foi afirmado na anterior intervenção, vai ser uma sobrecarga para os já depauperados cofres do município, dado que receber os Centros de Saúde com todas as maleitas que apresentam, alguns com problemas de acessibilidades, como é caso da Serra d'El-Rei, outros com obras a serem feitas, há inúmeras infraestruturas que precisam de reparação e que vão ser transferidas exatamente como estão, sem haver qualquer tipo de obras, receber os funcionários que estão adstritos a esta transferência, sabendo nós que não vão chegar para um normal funcionamento de um Centro de Saúde, como se deseja, é dizer ao município que vai arcar com despesas que lhe são completamente estranhas. Mais ainda, transmite À população um sinal errado daquilo que está a acontecer, aliás, ouvimos a representante da Comissão de Utentes referir que seria muito bom nós assumirmos isso tudo, porque iria melhorar substancialmente porque iríamos ter uma palavra a dizer, não vamos ter palavra nenhuma a dizer, vamos ter dinheiro a gastar para dotar os espaços de condições, para dotar o número de funcionários que terá de ser superior àquilo que vai ser transferido e não podemos reivindicar nada, não nos é dada a faculdade de receber nada de jeito. Pelo que percebeu, há também a transferência de uma viatura que, se fosse posta em prática aquilo que é as ideias da Comissão Europeia, deixaria de funcionar imediatamente, porque tem muitos anos.»

Francisco Lourenço (GCEPP):

Disse o seguinte:

«A minha preocupação é com o pacote financeiro desta descentralização e faz-se muita força para descentralizar. A minha preocupação é perceber, porque os imóveis estão todos degradados, se esta descentralização prevê despesas extraordinárias e esta é uma opinião pessoal, não vincula a bancada. Embora eu acredite que os municípios podem ter condições de fazer mais rápido e melhor, mas temos de ter dinheiro.»

João Oliveira (CHEGA):

Disse o seguinte:

«Na prática, tudo o que ouço dos colegas é que, de facto, nós continuamos a viver num estado mental de dependência, relativamente aos dinheiros públicos. Se assim é, então a dificuldade que se apresenta não é propriamente o nós termos o receio de descentralizar, temos é de, claramente, por na mesa as condições para se poder efetuar a descentralização que, na minha opinião, é desejável, porque a Saúde é realmente um ato de proximidade e, segundo este raciocínio que está minado por uma tendência centralista que nós já vivenciamos há muitos anos em Portugal, afasta a população daquilo que seria um serviço que deve ser de proximidade, mas para ser de proximidade ele tem de ter intervenientes locais, portanto, descentralizar é importante, o que não significa que o meu voto possa ser a favor da descentralização nas condições em que agora se encontra, ou seja, o que devemos fazer aqui é concertar uma estratégia que diga claramente ao poder central que sim,

estamos disponíveis e dispostos a descentralizar, sim, em moldes diferentes, repensando o sistema como colaborador com o privado, uma vez que neste momento discutem-se duas posições que são antagonistas e deviam ser de sinergia, mas não nas condições que o Governo quer impor, portanto, o voto tem de ser pensado neste sentido.»

Presidente da Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei, Jorge Amador (CDU):

Disse o seguinte:

«Ao ouvir o senhor Deputado João Oliveira, lembrei-me que o problema aqui não é um serviço de proximidade, até porque o pacote de descentralização tem vinte um ou vinte e dois objetivos, este é um deles, o problema é que nós tínhamos um Estado que tinha tudo e que de repente acordou e pensou distribuir tudo. A distribuição de algumas coisas é positiva, aliás, não há nenhuma contradição em defender descentralização, mas dizer, esta sim aquela não ou esta sim, mas com determinadas condições. O que nos está a ser imposto, porque é disso que se trata, aliás o senhor Presidente da Câmara começou a sua intervenção por dizer que havia pressão por parte do Governos, e não é o único Presidente de Câmara a dizê-lo, todos dizem. Quando nós analisamos um pacote de descentralização ele tem de ser claro, tem de dizer que para estas competências o dinheiro tem de ser, pelo menos, o mesmo, agora, o que nós precisamos é de ter descentralização de acordo com aquilo que são as atribuições e competências dos Municípios e algumas das competências que nós aceitámos foram mais ou menos pacíficas na Assembleia Municipal, à exceção da Educação, porque já sabíamos que era muito pessoal auxiliar, é muito encargo com salários e com a saúde. Neste caso não, é mais uma coisa que o Estado quer entregar, mas depois não quer pagar como deve ser e, pior que isso, é o Estado a desresponsabilizar-se de tudo, o que o Estado quer é dar ao Municípios a sentença da falência, porque há Municípios que têm iniciativas de seguro de vida, que estão a pagar a médicos cubanos, de outros países da América Latina e da Europa dos seus orçamentos, os Municípios não têm capacidade financeira para aguentar isto muito tempo. Nós estamos a viver um momento em que a arrecadação da receita fiscal está a bater recorde, o que significa que a tendência não é para crescer é para diminuir, depois tivemos o IMT que subiu mais que o IMI, o IMI continua a subir, o IRS e o IRC tiveram efeitos nos valores que os Municípios e as Freguesias recebem, mas quando isto começar a baixar nós vamos ter falta de dinheiro para tanta competência. Independentemente da atualidade, há uma coisa que no futuro vai ser muito pior, a falta de dinheiro, e os Municípios não podem enveredar por este caminho e quanto mais rejeitarmos estes processos, mais eles voltam para trás, mais voltam a ser discutidos. Chamo à atenção para aquilo que o Tribunal de Contas disse e o que é preciso dizer ao Tribunal de Contas é que nós trocamos, nós vamos para o Tribunal de Contas e eles vêm dirigir as Câmaras Municipais e as Freguesias, não custará nada, até porque eles têm um orçamento e já sabem que é o orçamento que lhes garante o funcionamento, nós não, nós temos de ter funcionamento, obras, todas as coisas que nos estão a dar e depois não temos dinheiro para isto tudo. A Assembleia Municipal tem a obrigação de discutir isto, desta forma aberta, sob pena de nós estarmos a passar para aqueles que nos vêm substituir um futuro que vai ser difícil na gestão autárquica deste concelho e eu não quero ser responsabilizado por isso e o meu grupo também não e nós iremos tomar uma posição claramente contrária, para obrigar o Governo a ir mais longe e dar aquilo que Municípios têm direito e não a facilitar nesta fase, aliás, não é por acaso que este é um dos dossiers que não está fechado, este é um dos poucos dossiers da descentralização que não está fechado e isso dá-nos mais razão para rejeitá-lo, que é para as condições serem melhoradas.»

Presidente da Junta de Freguesia de Ferrel, Pedro Barata (PS):

Disse o seguinte:

«Quero apenas fazer uma análise da questão da descentralização, uma situação que tem

vindo a ser solicitada pelos municípios no país inteiro e ao longo dos anos também pelas freguesias e é assim que os países desenvolvidos têm visto o seu PIB melhorar através da descentralização de competências e da governação multinível. No caso em apreço, estamos a falar de seis operacionais, uma viatura, o Centro de Saúde, os contratos de comodato e a manutenção do edifício que, como todos sabemos, teve obras muito recentemente e está em muito boas condições. Acho que o Governo não acordou ontem e decidiu descentralizar hoje, o Decreto-Lei da descentralização é de 2018, o da descentralização para as Freguesias é de 2019 e está a fazê-la em 2024. Depois, pela primeira vez, desde 1976, ter criado especificamente nos mapas dos Municípios uma coluna para o financiamento apenas e só para a descentralização que, no caso do Município de Peniche, como eu disse na discussão do orçamento, são partitamente quatro milhões de euros para 2024. No caso de 2024, estamos a falar de um milhão e trezentos e sessenta e dois mil euros que teve um reforço de cento e vinte milhões de euros face ao ano anterior, mesmo sendo verdade que é preciso mais, mas que o Governo está a descentralizar e não está a enviar nada, não me parece que seja bem assim.»

Presidente da Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei, Jorge Amador (CDU):

Disse o seguinte:

«Em primeiro lugar, não há descentralização do Governo para as Freguesias, o que há é uma Lei que enquadró as competências das Freguesias e as competências são entre nós e os Municípios, portanto, a questão da descentralização não se coloca. Relativamente a esta matéria, estou deseioso por ver a informação que vai ser distribuída, porque o pacote que Peniche aderiu foi brutalmente mau para o Município de Peniche, do ponto de vista financeiro, o que nós estamos a falar é de largos milhares de euros e eu não quero isso. Eu faço parte dos autarcas que entende que a descentralização é importante, mas quando se faz descentralização deve ser acompanhada do respetivo envelope financeiro e com valores reais, porque os valores que vieram para a educação, não só não são reais, como o Governo foi obrigado a alterá-los no decurso do processo, pior ainda, é que agora quando se faz as contas chega-se à atenção que isto é mau demais.»

Presidente da Junta de Freguesia de Ferrel, Pedro Barata (PS):

Disse que era importante que o Governo alterasse, se confirmar que está errado. Em relação a este assunto, o Governo exerce essa pressão junto dos Municípios, porque um dos requisitos para receber verbas do PRR é haver algumas reformas feitas, nomeadamente a descentralização e os fundos do PRR tem a importância que tem para o país neste momento e se não forem transferidos, vai haver alguém que vai dizer que não se está a executar.

José Monteiro (CDU):

Disse o seguinte:

«Pessoalmente e, também, em nome da Bancada reconhecemos claramente que a transferência de competências para órgão que são mais próximos das populações é benéfico, porque afinal eles são os conhecedores das pessoas, dos seus concretos problemas e é também uma prova de confiança do poder local. Claramente esse é o princípio e nesse aspeto temos de reconhecer que subscrevemos, porque quem está mais próximo das populações é quem é mais conhecedor das pessoas e dos seus problemas. A experiência que nos deu na área da Educação e tal como esta descentralização está desenhada, também temos de dizer que é uma asfixia, não direi completa porque será um exagero, para o poder local e exemplos não faltam. O PRR existe e quando chegarmos a 2030 como é que será quando os fundos acabarem? É que o grande problema é o envelope financeiro, será que ele consegue corresponder? Essa é a nossa grande dúvida. Por outro lado, nesta proposta falta alguma informação, houve um estudo técnico de todo o impacto para os

encargos que estão previstos? Os encargos a assumir, há capacidade financeira? Que impactos é que eles têm na operacionalização, funcionamento orgânico, recursos humanos, entre outros, tudo o que está inerente à aceitação destas novas competências. Isto merecia uma discussão transparente, ponderada e com mais tempo, porque, e volto à intervenção do público com a Comissão de Utentes, eu diria que isto resolve alguns problemas, mas provavelmente não resolve o grande problema da Saúde, porque o grande problema da Saúde reside muito provavelmente nos profissionais, médicos e enfermeiros, e relativamente a isso a autarquia pouca capacidade terá de solução e o problema reside aqui. Quanto ao resto, edifícios, manutenção, seguros, medicina no trabalho, enfim, tudo isso é assegurado e é positivo, mas se um dia nos faltarem dois médicos, se continuarmos a ter milhares de utentes sem médico de família não é esta solução que vai resolver, e isso é que me preocupa, como utente deste concelho.»

João Oliveira (CHEGA):

Disse o seguinte:

«Na prática, volto a repetir o que já disse antes, o voto que nós aqui vamos, com toda a certeza, assumir, terá de ter um sentido que é de defesa dos interesses do nosso município, não significa que seja um voto de interesse ideológico. A pior coisa que pode suceder é que nós vamos no sentido de fazer um voto que tem caris, precisamente, ideológico em vez de atender às necessidades que são as necessidades de saúde do nosso concelho. Volto a insistir numa coisa que já disse antes, ou seja, continuamos sempre a raciocinar baseados nos fundos que vêm de um Governo que é Central e não estamos nada preocupados em perceber que mecanismos é que poderíamos criar no próprio Município para financiar uma atividade que é a Saúde dos munícipes e isto em colaboração com entidades privadas, algumas podem não ser sequer entidades que existem apenas em Peniche, existem grupos que estão a trabalhar na área da Saúde que têm uma dimensão nacional e internacional e, portanto, acho que este assunto deveria ser obviamente discutido em sede própria, criando uma comissão que a pudesse debater de forma mais clara, mais abrangente, para podermos ser, como Município, uma posição desta natureza mais consciente daquilo que vamos realmente querer impor, como vontade, a um Governo.»

Francisco Salvador (PSD):

Disse o seguinte:

«Dois pontos apenas, um para clarificar que nós não somos contra as transferências de competências, antes pelo contrário, todavia, não concordamos com estas condições que revestem este tipo de transferência e acresce ainda que, de facto, encontramos pouca coisa a fazer no domínio da melhoria dos serviços, a não ser investir dinheiro que sentimos que não devia ser imputado ao Município.

Penso que o que acontecerá, em caso de vacatura de qualquer um dos lugares dos funcionários transferidos, isto é, por reforma ou por saída para um outro lugar qualquer, a mesma terá de ser preenchida à conta do erário da Câmara Municipal, ou seja, deixa de ser alvo do envelope financeiro para aquele funcionário. Julgo que será assim, porque o mesmo aconteceu nas transferências de outras valências, nomeadamente na questão das IPSS (exemplo: quando o Traquinas foi transferido para a Santa Casa da Misericórdia o que acontece é que à medida que as educadoras iam saindo, tinha de ser a Santa Casa da Misericórdia a suprir a falta dessas funcionárias) e isso vai acarretar ainda mais despesa, no futuro, aos Municípios.»

Presidente da Câmara Municipal, Henrique Bertino (GCEPP):

Disse o seguinte:

«Fiquei um pouco baralhado com os valores apresentados, o que nós temos previsto são

trezentos e vinte mil euros por ano. Em relação à Educação, estou de acordo, não é suficiente, tem um conjunto de variáveis que tem a ver com as decisões políticas do concelho, o senhor Presidente da Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei, Jorge Amador, não está enganado, e eu diria que teríamos resultados espetaculares se não tivéssemos recebido a Educação, nos meus mandatos, o impacto que isto teve foi duro. Temos estado a evoluir, temos estado a corresponder, contudo, há outra parte, há intervenções que nós estamos a fazer nas escolas, nomeadamente na Escola Secundária de Peniche e na Escola D. Luís de Ataíde que não eram feitas.

Estou com toda a tranquilidade neste processo, acho que são muito poucas as Câmaras Municipais que não receberam e quem não receber agora vai ser obrigado a receber, como a Educação e todas as outras, vão ser obrigados senão são penalizados. O que é que temos de fazer? Na fase da aceitação/negociação e depois dos resultados que nós vamos apresentar, pois levámos muito tempo a apresentar resultados na Educação, porque é um processo muito mais complicado, mas te sido a Coligação Democrata Unitária e o Partido Social Democrata os mais acérrimos defensores que nós devemos intervir no equipamento do Centro de Saúde de Atouguia da Baleia, que é propriedade da Santa Casa da Misericórdia e que tem uma renda miserável, nesse aspeto as Juntas de Freguesia têm valores que eu não consigo calcular, mas até me surpreende estes valores. Estou tranquilo, porque acho que Ferrel fez algumas obras de melhoramento e a Serra d'El-Rei também tem boas instalações, mas Atouguia da Baleia precisa de uma forte intervenção. Se não for o Município a fazer essa intervenção, e estamos a aguardar a questão técnica do engenheiro que está a acompanhar o processo da parte da Santa Casa da Misericórdia, aquilo não será feito nos próximos tempos e é isso que me preocupa. Na minha opinião, é preferível aceitarmos e fazemos este acompanhamento, reivindicarmos rapidamente, porque é um dossier fácil de agarrar. Provavelmente se nós tivéssemos a competência de influenciar, lá atrás, as questões de Saúde, em termo de equipamento, não tínhamos aceitado a obra de reabilitação do Centro de Saúde. A verdade é que os projetos são desenvolvidos e muitas vezes o poder político não tem tempo, porque, provavelmente, qualquer um de nós queria fazer o melhor. Se não for aprovado a responsabilidade é da Assembleia Municipal, se eu estivesse na Assembleia Municipal, neste momento, aceitava, agora, quem assume maior responsabilidade é a Câmara Municipal que vai ter de acompanhar todo o processo e negociá-lo.»

Presidente da Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei, Jorge Amador (CDU):

Disse o seguinte:

«Posso compreender a intervenção do Presidente da Câmara, mas nós estamos no órgão que não é a Câmara Municipal, é a Assembleia Municipal. Eu não me preocupo nada que o governo faça o seguinte: àqueles municípios que não aceitaram o Governo impõem, mas é o Governo que decide impor, agora, há uma coisa que nós temos de ser coerentes, nós temos de ser reivindicativos e temos de ser durante a nossa vida toda e eu acho que aqui é isso mesmo que se trata, é dizer assim, esta competência ideologicamente é do Governo, mas além dessa parte há a parte financeira e aquilo que nos dão é insuficiente. Querem obrigar-nos a fazer isso por causa do PRR que tem um grau de execução baixinho. Na Assembleia Municipal se dissermos que não, não há problema nenhum, o Governo quer impor, imponha àqueles que disseram que não.»

Deliberação n.º 1/2024: Considerando as deliberações da Câmara Municipal n.º 1261/2023, datada de 15 de dezembro de 2023, e n.º 57/2024, de 19 de janeiro de 2024, submetida a proposta (n.º 32/2024) da Câmara Municipal a votação nominal, de braço no ar, a Assembleia Municipal de Peniche deliberou, no uso da competência estabelecida na alínea k) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, por maioria, com onze (11) votos a favor, dos membros eleitos pelo Grupo de Cidadãos Eleitores Por

Peniche (5) e pelo Partido Socialista (6), duas (2) abstenções, do membro eleito pelo Chega (1) e do senhor Francisco Lourenço, eleito pelo Grupo de Cidadãos Eleitores Por Peniche (1) e onze (11) votos contra, dos membros eleitos pelo Partido Social Democrata (7), pela Coligação Democrática Unitária (3) e pela senhora Presidente da Junta de Freguesia de Peniche, Teresa Lopes, eleita pelo Grupo de Cidadãos Eleitores Por Peniche (1), autorizar os termos da transferência das competências conforme previsto na Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, e no Decreto-Lei n.º 23/2019, de 30 de janeiro, na sua atual redação, tendo o senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal usado o voto de qualidade.

Por não se encontrar na sala, o senhor Carlos Miguel Amaral, eleito pelo Partido Socialista, não participou na apreciação e votação deste assunto.

A Coligação Democrática Unitária informou que iria apresentar declaração de voto sobre este assunto.

O Grupo de Cidadãos Eleitores Por Peniche apresentou a seguinte declaração de voto:

«Declaração de Voto

Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal para a transferência de competências no domínio da saúde (Decreto-Lei n.º 23/2019)».

A bancada do Grupo de Cidadãos Eleitores Por Peniche (GCEPP) votou da seguinte forma a proposta da Câmara Municipal: 5 votos a favor, 1 abstenção e 1 voto contra.

Desta forma, o GCEPP votou favoravelmente, porque é a favor da transferência de competências do Estado para o Município de Peniche no âmbito da Saúde, prevista na Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, e no Decreto-Lei n.º 23/2019, de 30 de janeiro. Consideramos que a descentralização permite maior proximidade junto das populações e permite também dar uma resposta mais concreta às necessidades da população. No entanto, GCEPP não concorda que a descentralização seja feita sem o adequado pacote financeiro, sobretudo considerando que em alguns casos os imóveis transferidos carecem de obras de manutenção e reparação.»

6) APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL PARA PAGAMENTO DO SUPLEMENTO DE PENOSIDADE E INSALUBRIDADE - CANIL MUNICIPAL E SETOR DE GESTÃO DE ENERGIA (DECRETO-LEI N.º 93/2021, DE 09 DE NOVEMBRO):

A Assembleia Municipal passou à apreciação do sexto ponto da ordem do dia, tendo usado da palavra os senhores adiante identificados:

Presidente da Câmara Municipal, Henrique Bertino (GCEPP):

Fez a apresentação da proposta da Câmara Municipal.

Presidente da Junta de Freguesia de Ferrel, Pedro Barata (PS):

Disse o seguinte:

«Quando saiu a Lei, nós tivemos de pagar retroativos à entrada em vigor e aplicámos, naturalmente, aos funcionários que têm enquadramento este suplemento e a informação que nos deram é que tinha de ser com retroativos à entrada em vigor. Perguntou se neste caso era assim.»

Presidente da Câmara Municipal, Henrique Bertino (GCEPP):

Disse o seguinte:

«Quem interpretou a lei, interpretou mal, nós tivemos essa discussão e pedimos pareceres, não podem é ser pagos retroativos anteriores ao requerimento. Isto permite pagar a alguns trabalhadores com retroativos a janeiro de 2023.»

Deliberação n.º 2/2024: Submetida a proposta (n.º 135/2024) da Câmara Municipal a votação nominal, de braço no ar, a Assembleia Municipal de Peniche deliberou, por unanimidade, com vinte e quatro (24) votos a favor, dos membros eleitos pelo Grupo de Cidadãos Eleitores Por Peniche (7), pelo Partido Socialista (6), pelo Partido Social Democrata (7), pela Coligação Democrática Unitária (3) e pelo Chega (1), considerando as propostas da Câmara Municipal e os pareceres do Núcleo de Saúde Ocupacional e Gestão de Risco, reconhecer as funções dos trabalhadores da carreira geral de assistente operacional pertencentes ao Setor de Limpeza de Canil e Recolha de cadáveres animais e ao Setor de Gestão de Energia como estando sujeitos à sobrecarga funcional, que potencia o aumento da probabilidade de ocorrência de lesão ou um risco potencial agravado de degradação do estado de saúde, para efeitos de atribuição do Suplemento de Penosidade e Insalubridade, com efeitos retroativos 01 de janeiro de 2024.

Por não se encontrar na sala, o senhor Carlos Miguel Amaral, eleito pelo Partido Socialista, não participou na apreciação e votação deste assunto.

7) APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL PARA A PRIMEIRA ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL DO MUNICÍPIO DE PENICHE, PARA O ANO DE 2024:

Passando a Assembleia Municipal à apreciação do sétimo ponto da ordem do dia, apenas usou da palavra o senhor Presidente da Câmara, Henrique Bertino, que fez a apresentação da proposta da Câmara Municipal, aprovada por unanimidade, em reunião ordinária, realizada no dia 26 de janeiro de 2024.

Deliberação n.º 3/2024: Submetida a proposta (n.º 136/2024) da Câmara Municipal a votação nominal, de braço no ar, a Assembleia Municipal de Peniche deliberou, no uso da competência estabelecida na alínea o) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, observando a alínea a) do n.º 2 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 03 de setembro, por unanimidade, com vinte e quatro (24) votos a favor, dos membros eleitos pelo Grupo de Cidadãos Eleitores Por Peniche (7), pelo Partido Socialista (6), pelo Partido Social Democrata (7), pela Coligação Democrática Unitária (3) e pelo Chega (1), aprovar a primeira alteração ao Mapa de Pessoal do Município de Peniche, para o ano de 2024, aprovado pela Assembleia Municipal, na segunda reunião da sessão de novembro, realizada no dia 30 de novembro de 2023.

Por não se encontrar na sala, o senhor Carlos Miguel Amaral, eleito pelo Partido Socialista, não participou na apreciação e votação deste assunto.

8) APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL PARA A ALTERAÇÃO MODIFICATIVA AO ORÇAMENTO DA RECEITA, PARA O ANO 2024 (MODIFICAÇÃO 2):

Passando a Assembleia Municipal à apreciação do oitavo ponto da ordem do dia,

apenas usou da palavra a senhora Vereadora com o Pelouro das Finanças, Ana Rita Petinga, que fez a apresentação da proposta da Câmara Municipal, aprovada por maioria, em reunião ordinária, realizada no dia 19 de janeiro de 2024.

Deliberação n.º 4/2024: Submetida a proposta (n.º 107/2024) da Câmara Municipal a votação nominal, de braço no ar, a Assembleia Municipal de Peniche deliberou, no uso da competência estabelecida na alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, por unanimidade, com vinte e quatro (24) votos a favor, dos membros eleitos pelo Grupo de Cidadãos Eleitores Por Peniche (7), pelo Partido Socialista (6), pelo Partido Social Democrata (7), pela Coligação Democrática Unitária (3) e pelo Chega (1), aprovar a Alteração Modificativa ao Orçamento da Receita, para o ano de 2024 (Modificação 2).

Por não se encontrar na sala, o senhor Carlos Miguel Amaral, eleito pelo Partido Socialista, não participou na apreciação e votação deste assunto.

10) APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL PARA OS MAPAS DE FLUXO DE CAIXA DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA E SANEAMENTO, PARA O ANO 2023:

Passando a Assembleia Municipal à apreciação do décimo ponto da ordem do dia, apenas usou da palavra o senhor Presidente da Câmara, Henrique Bertino, que fez a apresentação da proposta da Câmara Municipal, aprovada por unanimidade, em reunião ordinária, realizada no dia 26 de janeiro de 2024.

Deliberação n.º 5/2024: Submetida a proposta (n.º 1644/2024) da Câmara Municipal a votação nominal, de braço no ar, a Assembleia Municipal de Peniche deliberou, no uso da competência estabelecida na alínea l) do n.º 2 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, por unanimidade, com vinte e quatro (24) votos a favor, dos membros eleitos pelo Grupo de Cidadãos Eleitores Por Peniche (7), pelo Partido Socialista (6), pelo Partido Social Democrata (7), pela Coligação Democrática Unitária (3) e pelo Chega (1), aprovar os mapas de fluxo de caixa dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento, para o ano 2023.

Por não se encontrar na sala, o senhor Carlos Miguel Amaral, eleito pelo Partido Socialista, não participou na apreciação e votação deste assunto.

11) APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL PARA A ALTERAÇÃO MODIFICATIVA AO ORÇAMENTO DA RECEITA, DA DESPESA E DO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTO DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA E SANEAMENTO, PARA O ANO DE 2024 (1.ª REVISÃO):

Passando a Assembleia Municipal à apreciação do décimo primeiro ponto da ordem do dia, apenas usou da palavra o senhor Presidente da Câmara, Henrique Bertino, que fez a apresentação da proposta da Câmara Municipal, aprovada por unanimidade, em reunião ordinária, realizada no dia 26 de janeiro de 2024.

Deliberação n.º 6/2024: Submetida a proposta (n.º 1647/2024) da Câmara Municipal a votação nominal, de braço no ar, a Assembleia Municipal de Peniche

deliberou, no uso da competência estabelecida na alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, por unanimidade, com vinte e quatro (24) votos a favor, dos membros eleitos pelo Grupo de Cidadãos Eleitores Por Peniche (7), pelo Partido Socialista (6), pelo Partido Social Democrata (7), pela Coligação Democrática Unitária (3) e pelo Chega (1), aprovar a primeira alteração modificativa ao Orçamentos da Receita, da Despesa e do Plano Plurianual de Investimento dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento, para o ano de 2024.

Por não se encontrar na sala, o senhor Carlos Miguel Amaral, eleito pelo Partido Socialista, não participou na apreciação e votação deste assunto.

12) APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL PARA A PRIMEIRA ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA E SANEAMENTO PARA O ANO DE 2024:

Passando a Assembleia Municipal à apreciação do décimo segundo ponto da ordem do dia, apenas usou da palavra o senhor Presidente da Câmara, Henrique Bertino, que fez a apresentação da proposta da Câmara Municipal, aprovada por unanimidade, em reunião ordinária, realizada no dia 26 de janeiro de 2024.

Deliberação n.º 7/2024: Submetida a proposta (n.º 1650/2024) da Câmara Municipal a votação nominal, de braço no ar, a Assembleia Municipal de Peniche deliberou, no uso da competência estabelecida na alínea o) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e atendendo ao preceituado no n.º 3 no artigo 28.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, por unanimidade, com vinte e quatro (24) votos a favor, dos membros eleitos pelo Grupo de Cidadãos Eleitores Por Peniche (7), pelo Partido Socialista (6), pelo Partido Social Democrata (7), pela Coligação Democrática Unitária (3) e pelo Chega (1), aprovar a primeira alteração ao Mapa de Pessoal dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento do Município de Peniche, para o ano de 2024.

Por não se encontrar na sala, o senhor Carlos Miguel Amaral, eleito pelo Partido Socialista, não participou na apreciação e votação deste assunto.

APROVAÇÃO DA MINUTA DA ATA:

Deliberação n.º 8/2024: Para efeitos de execução imediata, nos termos do número três do artigo quinquagésimo sétimo do anexo um da lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, submetida a votação a minuta da presente ata, constatou-se a sua aprovação, por unanimidade.

ENCERRAMENTO:

Sendo uma hora e quarenta e cinco minutos do dia três de fevereiro, o senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal declarou encerrada a sessão, da qual, para constar, se lavrou a presente ata, que contém um resumo do que de essencial nela se passou, nos termos do número um do artigo quinquagésimo sétimo do anexo um da lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, que eu, *Marina Viola*, Assistente Técnica da Divisão de Administração e Finanças, subscrevo e com o senhor

Presidente da Mesa assino.

APROVAÇÃO:

A presente ata foi aprovada e assinada na sessão ordinária de junho da Assembleia Municipal, realizada no dia 07 de junho de 2024, tendo sido deliberado dispensar a sua leitura, por o respetivo texto haver sido previamente distribuído pelos membros da Assembleia Municipal, ao abrigo do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 45 362, publicado em 21 de novembro de 1963.

O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal,

(assinado no original)

Assistente Técnica da Divisão de Administração e Finanças,

(assinado no original)
